SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Volume II

Brasília – 2008

Sumário

Pág.

Apresentação 5
Direitos humanos: debate permanente..... 7
Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa – história, competências e procedimentos..... 9
A Comissão em seu terceiro ano 15
Capítulo I – Reuniões deliberativas..... 17
Capítulo II – Audiências públicas resumidas 55
Capítulo III – Reuniões das Subcomissões..... 129
Capítulo IV – Reuniões de Trabalho 139
Conclusão 141

Apresentação

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH) edita este segundo volume do relatório das atividades desse órgão técnico fundamental para o Parlamento, agora com o Balanço de 2008.

A CDH é a porta de entrada do Senado para muitas das demandas da sociedade organizada. Por intermédio dessa Comissão, as entidades encaminham sugestões legislativas diretamente para a apreciação do Senado, mas também suscitam, na Casa da Federação, a discussão dos grandes temas que configurem estímulo à dignidade da pessoa humana.

Consciente dessa importante missão, determinamos à Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Presidência do Senado, bem como às Consultorias da Casa, que se coloquem à disposição da CDH, para fornecer os subsídios técnicos necessários ao bom andamento dos inúmeros trabalhos legislativos que lá se realizam.

Com efeito, neste ano em que comemoramos os vinte anos da Constituição Cidadã, assim denominada pelo inigualável e saudoso Ulisses Guimarães, no ato de promulgação da nova Carta, assume especial relevo que o Senado Federal tenha, em sua estrutura técnica, órgão especializado e destinado a repercutir eventuais violações aos direitos humanos, promovendo debates e discussões que possam contribuir para a solução dos problemas levantados.

Essa tem sido a imensa contribuição da Comissão de Direitos Humanos, sob o comando do seu Presidente, Senador Paulo Paim, e do Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena. A dinâmica imposta aos trabalhos revela-se na variedade e na relevância dos temas ali discutidos, como a violência contra a mulher, o trabalho escravo, proteção à criança e ao adolescente, direitos das pessoas com deficiência, direitos das minorias etc.

A presente obra contribui, portanto, para o registro histórico dos debates promovidos pelo Senado Federal, mas também, e primordialmente, para reverberar na sociedade o permanente alerta para a imprescindibilidade de garantia dos direitos humanos.

O relatório configura uma prestação de contas – em atenção ao princípio republicano da publicidade – que provoca e instiga a conversão do discurso em ações práticas, num positivo consórcio da sociedade civil com todas as esferas do Poder Público. Nesse sentido, o relatório interessa tanto quanto as demais ações da CDH, devido ao desiderato comum de dar concretude aos fundamentos da República. Ao fim e ao cabo, todos esses elementos têm como meta o alcance dos objetivos fundamentais da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, da erradicação da pobreza e da marginalização, da redução das desigualdades sociais e regionais e da promoção do bem de todos, sem preconceitos ou qualquer espécie de discriminação.

Louvo, portanto, essa iniciativa da Comissão, nas pessoas do presidente e do vice-presidente. Parabenizo ainda os membros e os seus servidores da CDH, as autoridades que ajudaram na sua criação e continuam a contribuir para o seu bom funcionamento e, é claro, os cidadãos para quem se voltam todas as nossas instituições de representação política.

Senador *Garibaldi Alves*

Presidente do Senado Federal

Esta obra contém a síntese dos trabalhos realizados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado no ano de 2008, como forma de prestar contas à sociedade, conferir maior transparência ao processo de gestão das questões públicas e lembrar a todos e a cada um – especialmente às autoridades constituídas – sua parcela de responsabilidade com a defesa permanente dos direitos humanos.

Mas, afinal, que direitos são esses? Quando e como eles nascem? Quem os garante? Quais são as pessoas alcançadas por eles? O que o Brasil tem feito em relação ao tema? Qual o papel do Poder Legislativo nessa área? Por que existe uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal? O que ela faz?

Sem a pretensão de esgotar a matéria, podemos dizer que esses direitos são universais: alcançam todos os seres humanos e não se sujeitam a circunstância ou condicionamento de qualquer tipo. Eles nascem com a pessoa, que tem dignidade em vez de preço, como resultado dos atributos específicos da espécie humana: a liberdade como fonte da vida ética, a autoconsciência de sua existência e de sua finitude, a sociabilidade, a historicidade e a unicidade existencial. Esses direitos apresentam um leque mais e mais incrementado à medida que o homem se depara com novas realidades, reportem-se elas ao plano civil, político, social, econômico, cultural, ambiental ou tecnológico.

Embora independam de concessão, os direitos humanos carecem de reconhecimento político para serem respeitados e protegidos, problema que demanda a participação direta e ativa do Estado, por meio de cada um de seus Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Conscientes dessa tarefa e de sua relevância para o bem estar de todos os brasileiros, ambas as Casas do Congresso Nacional criaram, dentro de suas respectivas estruturas, um órgão específico para cuidar do tema. No Senado Federal, esse órgão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que temos a honra de presidir desde fevereiro de 2007.

Composto de dezenove senadores, esse colegiado tem a incumbência de examinar tanto as matérias em tramitação relativas a direitos humanos e aos direitos da mulher,

das minorias sociais ou étnicas, dos estrangeiros e das pessoas com deficiência, quanto as que tratam da proteção à família, à infância, à juventude e aos idosos. Cabe-lhe, ainda, opinar sobre a fiscalização, o acompanhamento, a avaliação e o controle das políticas governamentais pertinentes, além de apreciar as sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Trata-se, em suma, de lutar de forma permanente e diária contra as desigualdades, injustiças e violações de direitos.

Presidir a CDH constitui, pois, um enorme desafio e uma imensa responsabilidade, aos quais tentamos condizer com muito trabalho e afinco. Trabalho para o qual concorreram os senhores membros da Comissão e outros parlamentares, que sempre encontraram tempo em sua agenda lotada para prestigiar o nosso colegiado, participando ativamente das reuniões; os especialistas, as autoridades e as pessoas convidadas para as audiências públicas, que iluminaram as questões debatidas com o seu relato, seu saber e sua experiência; os funcionários da Secretaria, dos gabinetes, da Consultoria Legislativa e da Comunicação Social, que sempre se dedicaram ao seu papel maior de servir ao público; e a sociedade civil, que acompanhou com interesse as atividades da CDH, estando presente durante as reuniões, assistindo aos debates pela TV ou enviando sugestões e comentários.

Esperamos que este balanço atenda aos anseios da sociedade, bem como dos nobres pares desta Casa, pois nada mais é que uma prática salutar de prestação de contas do nosso trabalho, na qual espero que seja aplicado em todos os anos, aperfeiçoando cada vez mais os trabalhos dos ilustres presidentes que estarão a frente desta importante Comissão do Senado Federal.

Brasília, dezembro de 2008

Senador *Paulo Paim*

Presidente da Comissão de Direitos
Humanos e Legislação Participativa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
História, Competências e Procedimentos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa originou-se da alteração do Regimento Interno do Senado Federal de 2005, que agregou a questão dos Direitos Humanos ao rol de matérias de competências da Comissão de Legislação Participativa.

A criação de uma Comissão que possibilitasse a análise de sugestões de projetos de lei advindas da sociedade civil organizada foi proposta, em 2001, pelo Projeto de Resolução do Senado nº 57, de autoria da Senadora Marina Silva. Esse projeto originou a Resolução nº 64, de 2002, que criou a Comissão de Legislação Participativa e estabeleceu suas competências. Posteriormente, com aprovação da Resolução nº 1, de 2005, essas competências foram ampliadas e o órgão passou a denominar-se Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Originalmente, conforme já observado, a CDH – antes denominada CLP – foi criada com o intuito de possibilitar ao Senado Federal receber da sociedade organizada sugestões de projetos e ampliar a participação popular prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. De fato, à Comissão cabe, entre outras competências, analisar sugestões de leis e transformá-las em propostas de sua autoria, diferentemente das propostas de iniciativa popular recebidas pela Câmara dos Deputados que mantêm a autoria popular durante sua tramitação no Congresso.

Em 2005, também conforme mencionado anteriormente, alterou-se novamente o RISF, por meio da Resolução nº 1, para dar nova denominação e novas competências à Comissão, que passou a ser chamada de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de acordo com o texto dos arts.72 e 102-E do RISF abaixo transcritos:

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

I – Comissão de Assuntos Econômicos (CAE);

II – Comissão de Assuntos Sociais (CAS);

III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ);

IV – Comissão de Educação (CE);

V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA);

VI – *Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)*; (grifo nosso)

VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE);

VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI);

IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR);

X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). (NR)

.....

Art. 102-E. À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, compete opinar sobre:

I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional;

II – pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso I.

III – garantia e promoção dos direitos humanos;

IV – direitos da mulher;

V – proteção à família;

VI – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos idosos;

VII – fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos.

Parágrafo único. No exercício da competência prevista nos incisos I e II do *caput* deste artigo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa observará:

I – as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito;

II – as sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao Arquivo;

III – aplicam-se às proposições decorrentes de sugestões legislativas, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões, ressalvado o disposto no inciso I, *in fine*, deste parágrafo único.

Assim, de acordo com essa norma, a apreciação de Sugestões é uma das competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. As outras são cuidar das matérias de Direitos Humanos submetidas à apreciação desta Casa.

A Sugestão Legislativa tem seu impulso processual inicial nas idéias apresentadas por entidade civil organizada. Essas idéias pretendem mostrar a conveniência da criação ou alteração das normas constitucionais e infraconstitucionais em matérias constantes do rol das competências do Senado Federal, conforme determina a Constituição e o próprio RISF. Uma vez admitida, a matéria poderá ser acatada no mérito e transformada em proposta legislativa, cuja autoria será da CDH.

Após receber um documento de uma pessoa jurídica legitimada a sugerir projeto de lei, a CDH realiza um juízo de admissibilidade, observando os requisitos formais. Segundo o RISF, a sugestão encaminhada deverá vir por escrito, datada, assinada (art. 410) e redigida em termos respeitosos e adequados ao processo legislativo (art. 19).

Todas as sugestões, quando admissíveis, são adequadas aos termos da Lei Complementar nº 95, de 27 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 27

de abril de 2001. Estas leis dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e estabelecem normas para a consolidação dos atos normativos.

Segundo o Regimento do Senado, podem fazer sugestões:

- pessoas Jurídicas de direito privado, assim definidas no Código Civil, Título II (as associações e as fundações);
- organizações religiosas (Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003);
- partidos políticos sem representação no Congresso Nacional (Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003);
- órgãos de classe;
- sindicatos (o ato constitutivo tem que estar aprovado pelo Estado); e
- entidades científicas.

As Sugestões devem, ainda, estar acompanhadas de comprovação do registro oficial, por meio de cópia autenticada do registro dos atos constitutivos no competente cartório de registro civil das pessoas jurídicas, com as averbações, se necessário ao seu funcionamento, ou da inscrição junto ao Estado.

Além de requisitos formais para admissibilidade, a sugestão deve manter a pertinência temática, assim definida como a relação coerente entre o interesse específico da entidade civil e a matéria contida no documento encaminhado. Há, contudo, duas exceções: propostas encaminhadas por partido político sem representação no Congresso Nacional e sugestões apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois estes têm legitimação ativa universal em virtude de sua atuação.

A maioria das sugestões tem sido encaminhada por organizações não-governamentais (ONG), que são entidades formadas por pessoas da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, que desenvolvem trabalho de interesse público, com ou sem a parceria do Estado.

As ONG estrangeiras podem propor sugestões desde que seus atos constitutivos tenham sido aprovados pelo Governo brasileiro, e as organizações estejam sujeitas às leis brasileiras.

As outras competências da Comissão dizem respeito à análise e deliberação de matérias de Direitos Humanos submetidas à apreciação desta Casa. Nesse sentido, os

Senhores Senadores recebem denúncias e sobre elas deliberam; tratam de políticas relativas às crianças e adolescentes, idosos, mulheres, afrodescendentes, indígenas e de pessoas com deficiência; debatem sobre matérias de interesse nacional que digam respeito aos direitos humanos; realizam reuniões e audiências públicas para debater com a sociedade civil temas atuais de seu interesse.

A Comissão em seu terceiro ano

Presidente da Comissão de Direitos Humanos desde o início de 2006, o Senador Paulo Paim tem trabalhado incansavelmente para que as discussões sobre os direitos humanos e a defesa da cidadania no Brasil, realizadas também com a participação da sociedade civil, alcancem mais espaço e ganhem relevância no Senado Federal e no País.

Essa atuação levou a Comissão a discutir e aprovar matérias de extrema importância no campo dos direitos humanos. Foram, no total, mais de cinqüenta reuniões ao longo de 2007 e vinte no ano de 2008, divididas em reuniões deliberativas e audiências públicas.

As reuniões realizadas em 2007 foram objeto de publicação do Senado Federal, que apresentou um quadro geral das atividades da Comissão naquele ano. As de 2008 consubstanciam a presente publicação.

Neste ano, votaram-se matérias relativas aos direitos humanos no Brasil e discutiram-se temas referentes aos direitos dos índios, dos negros, das mulheres e dos idosos. Foram abordados, entre outros assuntos, o conflito entre o Consórcio Estreito Energia e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; as relações de trabalho com vistas à dignidade dos trabalhadores; a luta pela paz e a defesa da soberania das Nações; o Fundo de Pensão Portus; as questões referentes à Reserva Indígena Bananal em Brasília e as ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil em geral.

CAPÍTULO I

Reuniões Deliberativas

1ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

1ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 7 de fevereiro de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 1, de 2008 – CDH: realização de Audiência Pública, no dia 12 de fevereiro de 2008, "com vistas a construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil" Autoria: Senador Paulo Paim e outros. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 1, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo "para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil". Autor: Senador Eduardo Suplicy e outros. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 3, de 2008 – CDH: realização de audiência pública com a finalidade de "apurar os fatos divulgados recentemente pela imprensa sobre a Operação Condor". Autor: Senador Cristovam Buarque e outros. O requerimento foi aprovado.

4ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

4ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 21 de fevereiro de 2008, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

O presidente da CDH, Senador Paulo Paim, conduz a votação das matérias

Requerimento nº 5, de 2008 – CDH: realização de diligência e reunião na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de instruir a Anistia João Cândido, baseada no Projeto Lei nº 7.198/2002, de autoria da Senadora Marina Silva. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, representantes de Entidades representativas e por representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A diligência realizar-se-á no dia 29 de fevereiro de 2008". Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 6, de 2008 – CDH: realização de um ciclo de audiências públicas, com vistas a tratar das questões atinentes ao povo negro, realizadas na última semana de abril e no mês de maio de 2008, com os seguintes temas: 120 anos da Abolição não concluída; projetos de interesse do negro, realizadas em tramitação no congresso; aplicabilidade da Lei, quanto ao currículo escolar, da história do negro; comunidades negras e suas matrizes religiosas; e políticas do Governo Lula para as comunidades negras no Brasil. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 7, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a discutir a pertinência ou não do exame de ordem para o registro na Ordem dos Advogados do Brasil, à luz do PLS nº 186 de 2006, (que altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o exame de ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB). Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 8, de 2008 – CDH: realização de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter reservado, para ouvir o Senhor João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, sobre o suposto assassinato de seu pai, em 1976. Autor: Senador Geraldo Mesquita Júnior. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 9, de 2008 – CDH: no dia 24 de abril de 2008, seja realizada audiência pública em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Autoria: Senadora Fátima Cleide. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 10, de 2008 – CDH: no dia 10 de abril de 2008, seja realizada audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Autora: Senadora Fátima Cleide. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 11, de 2008 – CDH: realização de uma reunião administrativa deste colegiado, nesta sexta-feira, dia 22 de fevereiro às 15 horas, a fim de que sejam

recepcionados trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vista à dignidade dos trabalhadores. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

• Requerimento nº 12, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motociclistas, enfocando questões como DPVAT e práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

• Requerimento nº 13, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na região amazônica, Estado do Pará, como desdobramento de seus efeitos na geração de violentos conflitos entre autoridades e madeireiros, bem como, gerando efeitos devastadores no ecossistema amazônico. Autor: Senador Geraldo Mesquita e outros. O requerimento foi aprovado.

6ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

6ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 28 de fevereiro de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 14, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a tratar da nova legislação referente ao trabalhador rural, com intuito de inibir a possibilidade de trabalho análogo a de escravo. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 15, de 2008 – CDH: realização de audiência publica com vistas a tratar da instalação da Subcomissão de Defesa da Mulher, cujo tema a ser debatido é "A Mulher nos Espaços do Poder", evento que inicia a semana de atividades do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Autora: Senadora Ideli Salvatti. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 16, de 2008 – CDH: realização de audiência pública conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil. Autor: Senador Inácio Arruda. O requerimento foi aprovado.

7ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

7ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 13 de março de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Alexandre Costa.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente em duas partes. Na primeira, deliberativa, foram aprovados os requerimentos discriminados a seguir:

Requerimento nº 1, de 2008 – CDH/SPDM: alteração do nome da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, para Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Autora: Senadora Ideli Salvatti. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 17, de 2008: realização de diligência da Comissão na cidade de Belém, capital do Pará, para debater e propor medidas concretas para salvaguardar os direitos na nação Tembé sobre suas terras ancestrais, bem como medidas efetivas para bloquear o comércio ilegal de madeira e outros ilícitos que ocorrem atualmente naquelas terras. O requerimento foi aprovado e a Comissão designou o Senador José Nery para realizar a diligência e participar da reunião com os representantes das entidades citadas.

Requerimento nº 18, de 2008: realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a ouvir as autoridades brasileiras e espanholas, em face do tratamento dispensado aos brasileiros quando de ingresso na Espanha. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 19, de 2008: realização de diligência e reunião na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, com a finalidade de apurar os reflexos da "Convenção Quadros", na vida dos agricultores, com a definição de mudança de cultivo nesta região. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, representantes de entidades de agricultores e por representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 20, de 2008: realização de audiência pública, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão (caminhoneiro), enfocando questões como elevada carga de horária de trabalho com reflexos na saúde do motorista e segurança de transito. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

8ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

8ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de março de 2008, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 21, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação. Autor: Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 22, de 2008 – CDH: convite para audiência pública a promotora pública do Município de Tailândia – PA, doutora Ana Maria Carvalho, que teve a coragem de denunciar o esquema de fraude destinado a acobertar desmatamento da floresta naquela região e se encontra ameaçada de morte. Autor: Senador José Nery. Aprovado na forma de requerimento de aditamento ao Requerimento nº 13, de 2008, para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convide a Senhora Ana Maria Carvalho, Promotora de Justiça do Estado do Pará, no Município de Tailândia – PA, para participar de audiência pública "com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na região amazônica, Estado do Pará.

Requerimento nº 23, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, no dia 10 de abril de 2008, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins. Autor: Senador José Nery. O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 24, de 2008 – CDH: realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente." Autor: Senador Cristovam Buarque. O requerimento foi aprovado.

10ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

10ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de abril de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 25, de 2008 – CDH: prorrogação do prazo dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por mais 1 (um) ano. Autor: Senador José Nery. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 26, de 2008 – CDH: a realização de audiência pública com vistas a discutir o mercado informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical. Autora: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 27, de 2008 – CDH: realização de audiência pública no dia 30 de abril, quarta-feira às 14 horas, com vistas a tratar do Fundo de Pensão Portus. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. A Comissão deliberou que a audiência pública será realizada no dia 6 de maio de 2008.

12ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

12ª Reunião (extraordinária), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 17 de abril de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, anexo II.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 31, de 2008 – CDH: altera o Requerimento nº 30, de 2008 – CDH, para que a audiência pública com vistas a tratar do Fundo de Pensão Portus, seja realizada no dia 6 de maio de 2008, às 9 horas, ao invés do dia 9 de maio de 2008, às 9 horas. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007 – Não Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica". Autor: Deputado Pompeo de Mattos. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: aprovado. Observação: A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 638, de 2007 – Terminativo na CE. Ementa: "Insere o art. 59-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica na identificação de efeitos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes". Autor: Senador Cristovam

Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório com as Emendas nºs 1 – CDH e 2 – CDH. Observação: A matéria segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 646, de 2007 – Terminativo na CAE. Ementa: "Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros." Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado. Observação: A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Requerimento nº 32, de 2008 – CDH. Realização de audiência pública para tratar do "fim do Fator Previdenciário e extensão do mesmo aumento anual do salário mínimo aos aposentados do RGPS". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 33, de 2008 – CDH. Adiamento da audiência pública destinada a debater o "conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela Usina Hidrelétrica Estreito", convocada para o dia 17 de abril de 2008, por esta Comissão, tendo em vista a importância da participação de lideranças representativas da região de implantação do empreendimento. Autor: Senador César Borges. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 34, de 2008 – CDH. Realização audiência pública no mês de maio de 2008 para debater as denúncias formuladas pelo bispo da prelazia do Marajó (PA), Dom José Luiz Azcona Hermoso, sobre casos graves de violação dos direitos humanos no Arquipélago do Marajó, envolvendo narcotráfico, tráfico de mulheres e exploração sexual de menores. Autor: Senador José Nery. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 35, de 2008 – CDH. Em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2008 – CDH para que sejam convidadas as seguintes autoridades para participarem da audiência pública que será realizada no dia 24 de abril de 2008, em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, conforme Requerimento nº 9, de 2008, aprovado por esta Comissão: Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT; Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Representante do Ministério das Cidades; Representante do Ministério da Previdência Social; Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Autora: Senadora Fátima Cleide. Resultado: aprovado.

24ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

24ª Reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 5 de junho de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 3, Ala Senador Alexandre Costa.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 48, de 2008 – CDH: realização de audiência pública para discutir reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) no dia 18 de maio, acerca do trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná, onde segundo a denúncia, 80 mil crianças e adolescentes perdem a saúde e a juventude nas estufas e barracões das fazendas onde é feita a separação e classificação das folhas que serão vendidas para os fabricantes de cigarros. Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2008 (PL nº 7.460, de 2006, na origem). Ementa "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para caracterizar a visão monocular como deficiência visual". Autora: Deputada Mariângela Duarte. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007 – Terminativo na CAS – Ementa "Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção

do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência". Autora: Senadora Marisa Serrano. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2006 – Terminativo na CCJ – Ementa "Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado.

- Projeto de Lei do Senado nº 14, DE 2008 – Terminativo na CAE – Ementa: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os portadores de deficiência auditiva." Autor: Senador Antonio Carlos Valadares. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: aprovado.

- Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007 – Terminativo na CAS – Ementa "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências." Autora: Senadora Lúcia Vânia. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado.

- Sugestão nº 29, de 2005. Ementa: "Institui o voto facultativo no processo eleitoral brasileiro." Autoria: Associação Comunitário De Chonin de Cima – ACOCCI. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer pela aprovação da matéria na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: aprovado.

- Requerimento nº 49, de 2008 – CDH. Ementa: requer "a criação de Comissão temporária externa composta por três membros, com o desiderato de acompanhar *in loco*, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos". (SIC). Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: aprovado.

- Requerimento nº 50, de 2008 – CDH: realização de audiência pública para "tratar dos reflexos do acidente da Gol no ano de 2006 e o da TAM ocorrido no ano de 2007, na vida dos familiares das vítimas e na população brasileira". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

25ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

25ª Reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 12 de junho de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 56, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a tratar da questão da dependência química. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os Senhores Paulo César Caju e Cláudio Adão, ambos, ex-jogadores de futebol. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Observação: o Requerimento nº 51, de 2008, foi renumerado para Requerimento nº 56, de 2008 – CDH.

Requerimento nº 52, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a debater a situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 53, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a debater a situação de segurança de vida dos oficiais de justiça e condições de desempenho de suas funções. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o representante da associação nacional dos oficiais de justiça, representante Governo Federal, representante do Conselho Nacional da OAB e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 54, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas aos direitos humanos e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Requerimento nº 55, de 2008 – CDH: realização de diligência e reunião na cidade Porto Alegre – RS, com a finalidade de apurar denúncia de maus-tratos em conflitos ocorridos entre movimentos sociais e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

32ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

32ª Reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 3 de julho de 2008, quinta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 58, de 2008: realização de audiência pública, com vistas a debater questões atinentes à criminalização e situação dos detentos indígenas. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 59, de 2008: realização de audiência pública, com vistas a debater questões atinentes à Reserva Indígenas Bananal em Brasília. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 60, de 2008: realização de audiência pública, para debater a violência contra o povo indígena. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às ne-

cessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida." Autor: Deputado Alberto Fraga. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: o Parecer da CDH e pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 – CDH e a Emenda nº 2 – CDH.

Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PDH) nº 2, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Denuncia e requer providências acerca da situação da execução penal de Augusto Jerônimo da Silva, conforme dossiê encaminhado pelo Of. GSFA/0109/2008, do Gabinete do Senador Flávio Arns." Autor: Ivan de Castro, José Mansur e Nelita de Freitas. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: conclui pela necessidade de solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante ofício, os citados documentos e informações aptos a esclarecer o assunto. Resultado: a Comissão conclui pela solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante ofício, dos documentos e informações aptos a esclarecer o assunto.

Requerimento nº 61, de 2008 – CDH: constituição de grupo de trabalho, para discutir e estabelecer entendimentos com o Poder Executivo acerca das providências já adotadas e os novos rumos das políticas de Estado, relativamente ao cumprimento da Convenção – Quadro para o Controle do Tabaco, ratificada pelo Poder Legislativo brasileiro em outubro de 2005. Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: aprovado o requerimento para a constituição do grupo de trabalho.

Requerimento nº 62, de 2008 – CDH: solicitação de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos descendentes de João Cândido e dos heróis da Revolta da Chibata quando da aprovação do Projeto de Anistia de João Cândido e quando se aproxima o centenário da Revolta da Chibata. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado o requerimento de solicitação de Sessão Especial.

35ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

35ª Reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 9 de julho de 2008, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Requerimento nº 63, de 2008 – CDH: realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CAS-DEF), no dia 4 de dezembro, para debater o tema capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência. Autor: Senador Flávio Arns. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 64, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a debater a inclusão de livro didático e de estórias nos currículos escolares do ensino fundamental com vista a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 alterada pela Lei nº 11.645/2008. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Requerimento nº 65, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a debater questões atinentes aos cuidados paliativos. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

37ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

37ª Reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de agosto de 2008, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

Emendas nº 1 e nº 2, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, Não Terminativo. Ementa: "Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relator: Senador José Nery. Parecer: pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 254 de 2004. Resultado: Aprovadas as Emendas nº 1 e nº 2 da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual." Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Virgínio de Carvalho. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o relatório (relatado *ad hoc* pelo Senador Geraldo Mesquita).

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre máquinas de escrever em Braile." Autor: Senador Sérgio Zambiazi. Relator: Virgínio de Carvalho. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o relatório (relatad *ad hoc* pelo Senador José Nery).

Petição nº 1, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Requerem a instauração de procedimentos para apurar as transgressões praticadas pelo Governo do Estado do Pará aos direitos humanos, especialmente o direito à vida, à integridade física, à propriedade, à privacidade e outros fatos narrados, anexos". Autores: José Marques Ferreira e Cleusa Maria Ferreira. Relator: Senador José Nery. Parecer: pelo arquivamento da proposição, considerando que o conflito agrário a que ele se refere já foi resolvido de maneira pacífica. Resultado: aprovado o Relatório pelo arquivamento (a matéria vai ao arquivo).

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003 – Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal." Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado o Substitutivo (o Substitutivo vai a turno Suplementar).

Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2007 – Terminativo. Ementa "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual". Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 – CDH e nº 2 – CDH.

Projeto de Lei do Senado nº 596, de 2007 – Terminativo. Ementa: "Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento objeto dos benefícios criados por esta Lei." Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CDH.

Requerimento nº 66, de 2008 – CDH: realização de audiência pública para "debater com representantes de entidades municipalistas a inclusão da temática dos direitos humanos na plataforma de compromissos políticos e administrativos dos candidatos as prefeituras e câmaras municipais do nosso País". Autor: Senador José Nery. Resultado: aprovado.

38ª Reunião Deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

38ª reunião (extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de agosto de 2008, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

A reunião foi conduzida pelo Senhor Presidente e foram deliberadas as seguintes matérias:

• Petição (PDH) nº 1, de 2007 – Não Terminativa. Ementa: "Informa e requer providências ao Senado Federal acerca de situação de conflito agrário no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, com repercussões danosas aos direitos humanos de Sem-Terras do Acampamento Nova Esperança." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Parecer pelo arquivamento da matéria nos termos do art. 143, § 3º, do RISF. Resultado: Aprovado o relatório, lido *ad hoc* pelo Senador Flávio Arns, pelo arquivamento da matéria.

• Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2008 – Não Terminativo. Ementa: "Altera a lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre a discriminação e a promoção da igualdade racial em relação de emprego."Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: aprovado o Relatório com a Emenda nº 1 – CDH e nº 2 – CDH, lido *ad hoc* pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Observação: a matéria vai a CAS em decisão terminativa.

• Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003 – Turno Suplementar. Ementa: "Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal." Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Observação: aprovado o Substitutivo na reunião de 14-8-08. A matéria vai a turno suplementar em conformidade com o art. 282 do Regimento Interno. Resultado: não foram apresentadas Emendas no Turno Suplementar. A Comissão adota em definitivo o Substitutivo.

• Requerimento nº 67, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, com vistas a debater o Teólogo e a Teologia na relação social. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

• Requerimento nº 68, de 2008 – CDH: realização de Audiência Pública, com vistas a tratar dos planos de saúde e seus reflexos na saúde e qualidade de vida do povo brasileiro. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

• Requerimento nº 69, de 2008 – CDH: realização de audiência pública, conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência do Senado Federal caso queira, em data e hora a serem definidos, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado.

Capítulo II

Audiências Públicas Resumidas

Audiência Pública – Projeto Rio São Francisco

Realizada no dia 14 de fevereiro de 2008, a reunião foi convocada para atender ao Requerimento nº 2, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, para debater o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.

A Audiência foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 7-2-2008, para a realização de audiência pública conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo "para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil".

Afirmou-se a necessidade de um melhor gerenciamento dos recursos hídricos, para que seja mais justa a distribuição de água no Nordeste, tendo em vista a oferta estar concentrada no rio São Francisco.

Foi dito por opositores à transposição que este é um projeto que está na contramão da História e cristaliza uma forma retrógrada de gerenciamento das águas. Privilegia os grandes, em detrimento dos pequenos e que as populações nordestinas que não têm acesso à água deveriam ser a prioridade do Governo o que não é, no entanto, objetivo do projeto. As águas destinam-se à irrigação e às atividades industriais em geral, invertendo as prioridades.

Tais setores apontaram também que a área que será atendida (7% do Semi-Árido) é irrisória em relação àquela onde há carência de recursos hídricos o que apenas agrava o quadro de abandono e indigência da população difusa do Semi-Árido, estimada em 2,5 milhões de famílias ou 10 milhões de pessoas. Mesmo ao longo do curso do rio, essa população difusa não é atendida.

Observaram que o rio São Francisco não dispõe de água suficiente para a transposição, qualquer que seja a vazão retirada. Em razão disso, o avanço das obras inaugura a guerra pela água no Brasil. Assim, a transposição vai apenas agravar a injustiça na distribuição da água no Nordeste. A região restrita que já dispõe de água será justamente a que receberá as águas transpostas. O Projeto é ultrapassado, os estudos ambientais partiram de bases falsas e foram tendenciosos e os maiores prejudicados serão os habitantes das cidades, que subsidiarão a água consumida na zona rural.

Setores que defendem a transposição expuseram que ela promoverá segurança hídrica para o Nordeste Setentrional. Esse é o conceito do Projeto, que tem como foco a melhoria da administração das águas em uma região subordinada à imprevisibilidade do clima. Que, por sua própria natureza, o projeto beneficiará as empreiteiras, tendo em vista serem elas que realizarão as obras. Não serão, no entanto, permitidos abusos, mediante fiscalização intensiva. Acrescentaram que se trata de projeto integrado de desenvolvimento, destinado a criar as condições para o enfrentamento da questão do desenvolvimento sustentável.

Apontaram que a distribuição de água é também uma forma de distribuir a renda que o Nordeste Setentrional não tem. Complementaram que o Projeto proporcionará segurança hídrica para essa região, mediante a importação de água – uma iniciativa indispensável para equilibrar o balanço hídrico; que do ponto de vista ambiental, a transposição de águas do rio São Francisco, na sua concepção atual, é o Projeto mais seguro do mundo.

Estiveram presentes os seguintes Senadores: Garibaldi Alves Filho, Flávio Arns, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, César Borges, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Magno Malta e Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Papaléo Paes, Efraim Morais, Pedro Simon, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Antonio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo. Também compareceram à audiência os Deputados Federais Ciro Gomes e Marcondes Gadelha.

Estiveram presentes os seguintes convidados, que participaram das exposições e dos debates:

- Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional;

- Ciro Gomes, Deputado Federal;
- Marcondes Gadelha, Deputado Federal;
- Dom Luiz Flavio Cappio, Bispo de Barra (BA);
- Luciano Marçal da Silveira, Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil (Articulação para o Semi-Árido Brasileiro);
- Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;
- João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;
- Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;
- Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ;
- Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do rio São Francisco;
- José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do Portal EcoDebate;
- João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;
- Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco,
- Carlos Vereza, ator
- Osmar Prado, ator.

Audiência Pública – Exame da Ordem dos Advogados

Realizadas, em 13 de março de 2008, audiência pública, convocada, nos termos do Requerimento nº 7, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a pertinência ou não do exame de ordem para registro na Ordem dos Advogados do Brasil (objeto do PLS nº 186, de 2006).

Os defensores da extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) argumentaram que o exame de ordem funcionaria como um mecanismo por meio do qual a Ordem usurparia do Ministério da Educação a prerrogativa de conceder diplomas de graduação superior na área jurídica. Argumentaram que as entidades de classe devem dedicar-se, simplesmente à fiscalização das respectivas instituições de ensino superior, pois estas são as funções para as quais foram criadas; que, após a colação de grau no curso de Direito, começa, para o bacharel, um processo de frustração, em que enfrenta enorme pressão psicológica. A OAB deveria, antes, ocupar-se de dar apoio aos profissionais nessa fase inicial de sua carreira.

Questionaram a legitimidade de uma prova nos moldes do exame de ordem para avaliar o estudo de longos cinco ou seis anos, a que procede, na faculdade, o acadêmico de Direito. Argumentaram que os grandes beneficiados com tal situação seriam, enfim, os donos de cursinhos preparatórios e que nenhuma outra área profissional tem exigência semelhante ao exame da OAB, com o objetivo de permitir que o graduado exerça a respectiva atividade.

Os defensores da manutenção do exame, por sua vez, disseram que entre as atribuições reservadas à OAB não está apenas a de fiscalizar o exercício da advocacia. Lembraram que o art. 44 do Estatuto da Advocacia a incumbe também de defender, entre

outros institutos, a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito e os Direitos humanos. Além disso, o art. 54, inciso XV, do mesmo diploma legal estatui que compete a seu Conselho Federal contribuir para o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos no Brasil, que é, afinal, exatamente o que faz o exame em comento.

Esclareceram que o exame de ordem não é uma prova de seleção, mas de aptidão mínima, exigindo apenas conhecimentos essenciais ao desempenho da advocacia; que o exame se compõe de duas fases, consistindo a primeira em prova objetiva, composta de cem questões, e a segunda em prova subjetiva, com cinco questões de natureza prática; que a aprovação no exame é requisito para a inserção do bacharel em Direito nos quadros da OAB, na condição de advogado; que, especialmente a partir de 2007, com a unificação do exame em todo o País, passou-se a verificar o real nível do ensino jurídico nas diversas localidades do Brasil; que o fundamento precípuo do exame é a melhoria do ensino jurídico que vem sendo ministrado nas instituições nacionais de ensino superior.

Afirmaram também que, desde sua formação, a OAB tem o compromisso de defender a cidadania, os direitos humanos e a Constituição, e de pugnar pela melhoria do ensino jurídico. Por isso mesmo, a profissão de advogado foi agraciada com especiais prerrogativas: é, por exemplo, a única a possuir o registro constitucional de essencialidade, o que, *de per si*, implica já uma distinção entre o advogado e o bacharel em Direito. Na verdade, as carreiras decorrentes do curso de Direito exigem, todas elas, alguma espécie de habilitação suplementar, seja o concurso público (para a magistratura e o Ministério Público, por exemplo), seja o exame de ordem (para a advocacia). O exame seria essencial para preservar a qualificação dos causídicos e, por via oblíqua, para garantir a observância dos direitos humanos. Observaram, a propósito, que, em outros países, como os Estados Unidos da América e a Alemanha, o rigor para que se exercite a advocacia é ainda maior.

Asseveraram ainda que o exame não contraria o inciso XIII do art. 5º da Constituição, que trata da liberdade de profissão, ao argumento de que as faculdades de Direito não produziriam advogados, mas bacharéis, até porque a advocacia não constituiria profissão, mas múnus público.

Estiveram presentes à reunião os Senhores Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya Gomes, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Arthur Virgílio, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Mão Santa, Valter Pereira e Antonio Carlos Valadares.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- Dílson José de Oliveira Lima, Vice- Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem da OAB – Conselho Federal.
- Edson Gonçalves Duarte, Deputado Federal;
- Emerson Rodrigues, Coordenador Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNDB;
- Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação e Trabalho;
- Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES;
- Itacir Flores, Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNDB;
- Jair Bolsonaro, Deputado Federal;
- José Geraldo de Sousa Júnior, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB – Conselho Federal;
- Max Rosenmann, Deputado Federal;
- Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da OAB – Conselho Federal;
- Vladimir Rossi Lourenço, Vice-Presidente da OAB – Conselho Federal;

Audiência Pública – Luta pela Paz e Defesa da Soberania das Nações

27
03
08

Realizada, em 27 de março de 2008, reunião convocada para atender ao Requerimento nº 64, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Inácio Arruda, para realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a luta pela paz e defesa da soberania das Nações.

O Senador Inácio Arruda, que presidiu os trabalhos, abriu a sessão lembrando a crise atual entre Colômbia e Equador, bem como os conflitos que têm assolado inúmeras nações, a exemplo da Guerra do Iraque e, mais recentemente, os momentos de turbulência no Tibete. Nesse contexto, ressaltou a importância da Conferência Mundial da Paz, a ser realizada entre os dias 8 e 13 de abril na capital venezuelana, Caracas.

Os presentes apontaram como positiva a iniciativa do Senado em promover o debate sobre a Paz no âmbito do Parlamento. Foi ressaltado que as grandes potências mundiais têm se utilizado das guerras para se manterem no poder e "saquear" recursos naturais de outros países, a exemplo do que ocorreu na invasão do Iraque, em que os Estados Unidos da América – EUA teriam defendido a intervenção sob pretexto de que aquele país detinha armas de destruição em massa.

Afirmou-se que a crise entre Equador e Colômbia acendeu tensão na região, tendo o Brasil defendido que a saída não deveria ser militar, mas sim por intermédio da Organização dos Estados Americanos – OEA e do Grupo do Rio.

Foi defendida a criação de Conselho de Defesa Sul-Americano, bem como a intensificação do processo de integração da região, inclusive com rompimento de agendas exclusivamente econômicas. Nesse sentido, foi destacado que a atuação do Parlamento do Mercosul no bloco pode contribuir para que se alcance tal objetivo.

Também foi dito que o momento que vivemos em nosso continente torna ainda mais significativa a realização da Conferência Mundial da Paz aqui na América do Sul.

Ao final, foi aprovado Requerimento para a criação de Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz.

Estiveram presentes os seguintes Senadores: Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Jayme Campos e Sérgio Zambiasi e o Deputado Federal Francisco Lopes da Silva.

Compareceu o convidado Rubens Diniz, Diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Filiado ao Conselho Mundial pela Paz (CEBRAPAZ), em representação da Senhora Socorro Gomes, Presidente do Conselho.

Audiência Pública Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Realizada, em 10 de abril de 2008, reunião convocada para atender ao Requerimento nº 10, de 2008 – CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Entre os temas discutidos na reunião, observou-se que, no Brasil, está uma das maiores diversidades étnicas do mundo: 220 povos indígenas, 180 idiomas e 63 comunidades ainda não contatadas. O compromisso do País para com os direitos dos índios e a garantia de seu direito constitucional de desenvolvimento de acordo com suas tradições estaria ilustrado pela seguinte seqüência de fatos: 12,4% das terras nacionais estão vertidas para uso dos indígenas; vige desde setembro do ano de 2007 o programa Agenda Social dos Povos Indígenas; o Brasil votou a favor da resolução da Organização das Nações Unidas sobre a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Sobre a Declaração, foi enfatizado que ela recebeu apoio maciço da comunidade internacional, com apenas 11 abstenções e 4 oposições, como a da Austrália, logo revista por aquele país. Foi dito, também, que a declaração não afronta os marcos legais e políticos nacionais, do que decorre o número de adesões ao texto.

Por parte do Brasil, a adesão significou evolução do posicionamento diplomático, cujo divisor de águas foi a aceitação do termo “povos indígenas” nos

acordos internacionais, entendendo que não significava mitigação da soberania política e territorial ou da unidade política do País.

Com frase do poeta Carlos Drummond de Andrade, lembrou-se que, em 2005, inaugurou-se a década dos povos indígenas: "Não podemos permitir que a pretexto do progresso e da civilização se cometam atentados precisamente contra a civilização e o progresso, que no fundo, são simplesmente a arte de conviver".

Foi apontada a oposição da imprensa e do Ministério da Defesa à ratificação da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas pelo Brasil, em recalcitrância cultural à aceitação do elemento indígena e sugeriu-se a apresentação de requerimento extrapauta, a ser encaminhado ao Presidente do Senado Federal, para a implementação do Dia Internacional dos Parlamentares do Mundo pró-Ingrid Bettancourt.

Os palestrantes observaram que cerca de 80% dos indígenas brasileiros estão na região amazônica e que as Forças Armadas pretendem manter diálogo constante com os demais Poderes e com a comunidade indígena, tão colaborativa com as suas missões na região.

Estiveram presentes à audiência os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Magno Malta, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Virgínio de Carvalho.

Participaram da reunião os seguintes convidados:

- Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, representando Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, impossibilitada de vir, estava viajando a trabalho;
- Marinho Pereira Rezende Filho, Coronel do Exército, representante do Ministério da Defesa;
- Márcio Augusto Freitas e Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Gecinaldo Saterê-Mawê, Representante do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas;
- Ella Wieko Wolkemen de Castilho, Procuradora Federal dos Direito dos Cidadãos;
- Alzene Kaingáng, socióloga e presidenta do Wará Instituto Indígena Brasileiro; e
- Mariano Marcos Terena, do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal.

Audiência Pública – Questões Atinentes ao Povo Negro

Realizada em 30 de abril de 2008, para atender ao Requerimento nº 6, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar das questões atinentes ao povo negro.

Centrada no problema da discriminação e da inserção do negro no mercado de trabalho, a reunião homenageou os trabalhadores brasileiros e debateu a abolição inconclusa da escravatura, às vésperas do aniversário de 120 anos da assinatura da Lei Áurea.

A exposição inicial explorou os resultados da pesquisa de emprego e desemprego realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal entre agosto de 2006 e julho de 2007. A pesquisa revela que a maior taxa de desemprego é a da mulher negra, e que persistem fortes diferenças de salário e de jornada de trabalho em desfavor dos negros. Mostra, igualmente, que as disparidades mais gritantes estão em Salvador, região onde há mais negros na população, e que a situação menos desconfortável é a de Porto Alegre, onde a população negra tem menor participação no total. A pesquisa também indica uma grande concentração de negros nas faixas de menor escolaridade e sua rara presença no ensino superior.

A exposição ainda trouxe à baila o resultado de estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho doméstico no Brasil, setor que ocupa 6,6 milhões de pessoas, 93% das quais são mulheres e a maioria delas, negras. Pouco mais de 25% desses trabalhadores têm carteira assinada e acesso a direitos trabalhistas.

Diante desse quadro, defendeu-se, de um lado, a necessidade de políticas públicas específicas para aumentar a escolarização dos negros e melhorar sua inserção no mundo do trabalho. Do outro, condenou-se a falta de registro na carteira de trabalho, além do descumprimento da legislação e dos acordos e convenções coletivas.

A palestra seguinte afirmou o papel fundamental do Estado para a redução das desigualdades e a responsabilidade do sistema financeiro federal e, particularmente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nessa matéria. Por tal motivo, o BNDES não contrata com empresas que estão na lista suja do Ministério do Trabalho, por terem se envolvido com trabalho escravo. Além disso, o banco estabelece a seguinte cláusula social como condição prévia para a concessão de financiamento: a inexistência de sentença condenatória transitada em julgado ou de ato administrativo que vincule o nome da empresa com a prática de discriminação de raça ou de gênero, o trabalho infantil ou o trabalho escravo. O BNDES ainda determina o vencimento antecipado da dívida caso a empresa incorra nessas práticas durante a vigência do empréstimo.

A exposição apontou a necessidade de um cadastro de sentenças condenatórias para dar mais efetivadade à iniciativa do BNDES e a outras semelhantes, bem como da implantação de um certificado de responsabilidade social, para premiar as empresas que o detiverem, com condições mais vantajosas de empréstimo. Ressaltou, ainda, a

importância do salário mínimo como política de inclusão social, porque ele representa o nível de desigualdade que a sociedade aceita. Para ilustrar, lembrou que o aumento real do salário mínimo nos últimos dez anos causou a redução dos indicadores de desigualdade.

As palestras que se seguiram destacaram a necessidade do pleno emprego e de condições dignas de trabalho para todos: um trabalho que deve ser estável, qualificado, criativo e emancipador. Afirmou que o resgate da cidadania demanda a conquista da igualdade no mundo do trabalho, o que implica a proteção real contra despedidas imotivadas, sobretudo se coletivas; a redução considerável da possibilidade de pretensão de horas extras, a elevação do salário mínimo, a educação permanente e o estabelecimento da igualdade de oportunidades.

Comentou-se que a discussão sobre as cotas permite encarar o problema do preconceito e da discriminação, denunciou-se a exigência de superqualificação como uma política discriminatória (na medida em que os negros têm pouco acesso à instrução mais qualificada), e registrou-se o avanço obtido com a superação da prática de contratação pela boa aparência e com a nulidade da despedida baseada em motivo discriminatório. Apontou-se, por último, a importância da quantificação do déficit democrático, assim entendidas as diferenças salariais fundadas no preconceito e na discriminação.

Os senadores presentes manifestaram, de início, sua preocupação com o teor da Medida Provisória (MPV) nº 410, de 2007, que dispõe sobre os contratos temporários de trabalho no meio rural. Em seguida, pleitearam a aprovação, pela Câmara, do fim do fator previdenciário, do reajuste das aposentadorias e pensões conforme o índice aplicado ao salário mínimo e da expropriação das áreas onde houver a prática do trabalho escravo.

Os expositores expressaram unânime contrariedade à aprovação da MPV nº 410 e do PL nº 1.987, ambos de 2007. Alertaram que o projeto, a pretexto de sistematizar a legislação trabalhista, flexibiliza direitos e desregulamenta várias matérias, sem nenhuma discussão pública. Em detrimento dessa proposta, apontaram a necessidade da adoção de uma pauta positiva, que albergue projetos de redução da jornada de trabalho, fim das horas extras e ratificação das Convenções nºs 151 e 158 da OIT. Defenderam, ainda, a importância da reforma tributária, para evitar que o País cresça concentrando renda.

A audiência pública foi presidida pelo Senador Paulo Paim e contou com a presença dos Senadores César Borges, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, José Nery, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira e Serys Slhessarenko.

Dela também participaram, como palestrantes, os seguintes convidados:

- Antônio José Corrêa do Prado – Chefe do Departamento de Relações com o Governo do BNDES, representando o Presidente da instituição;
- José Calixto Ramos – presidente da Nova Central, representando as centrais sindicais;
- Lílian de Arruda Marques – Assessora Especial do Dieese;
- Luiz Alberto de Vargas – Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e representante da Associação dos Magistrados do Brasil; e
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando as confederações sindicais.

Audiência Pública – Consórcio Estreito Energia e as Populações Atingidas pela Construção da Usina Hidroelétrica de Estreito

Realizada no dia 7 de maio de 2008, para atender ao Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, de autoria do Senador José Nery, tratou do conflito entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins.

As lideranças indígenas presentes enfatizaram a necessidade de serem ouvidas e de terem maior participação nas decisões, pois entendem que os indíge-

nas nos dois estados serão afetados pela construção da barragem, próxima das terras de seis etnias. Além da participação no processo de implantação e no acompanhamento da construção da Usina, os indígenas também querem o reconhecimento, por parte do consórcio, de que serão impactados pelo empreendimento.

Solicitam ainda a participação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no processo de acompanhamento da obra e o estabelecimento de um fórum que agrupe todas as populações afetadas, para acompanhamento do processo de construção da usina, ao invés dos comitês municipais em funcionamento.

A instalação de um fórum geral para o acompanhamento da obra, que reúna todos os grupos afetados e negocie com o consorcio coletivamente, foi defendida pelos representantes dos indígenas e de várias associações populares, tais como a Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçulândia; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) e várias associações de pescadores, agricultores e moradores das localidades atingidas.

Os simpatizantes da criação do fórum alegam que somente um coletivo forte, com representatividade, e que considere as necessidades de todos os grupos sociais afetados, poderá discutir com o consórcio soluções adequadas para a região.

Dentre os participantes contrários à idéia do fórum estavam os representantes do consórcio e de vários prefeitos da região. Estes alegam que a metodologia dos comitês permite um melhor tratamento dos problemas específicos de cada município junto ao consórcio.

Também foi discutida a validade do processo de licenciamento ambiental em andamento. As posições, fortemente divergentes, foram bem defendidas pela Subprocuradora da República, que questionou a condução do processo do ponto de vista ambiental e sociocultural, e pela representante do consórcio, que justificou os procedimentos adotados.

Vários participantes da reunião discutiram modelos de desenvolvimento, com enfoques distintos em relação à utilização de recursos naturais e à participação das populações em ações que afetem seu patrimônio sociocultural.

Também foram feitas considerações sobre o real benefício, para as populações locais e o meio ambiente, de grandes obras de infra-estrutura, como as das Usinas Hidroelétricas de Estreito e de Tucuruí.

Estiveram presentes à reunião os Senadores Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, César Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho e Senador João Ribeiro.

Participaram da audiência os seguintes convidados:

- Ronaldo Schuck – Secretário de Energia Elétrica, representando Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME;
- Valter Muchagata – Diretor de Licenciamento Ambiental, representando Bazileu Alves Margarido Neto – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Cirineu da Rocha – Representante do Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens – MAB;
- Lourenço Krikati – Representante da Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA;
- Iara Vasco Ferreira – Coordenadora Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

• Sheila Apinagé – Representante do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins – COIAT;

• Antônio Luiz Fonseca Abreu Jorge – Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, representando José Renato Ponte – Presidente do Consórcio Ceste;

• Norma Pinto Villela – Diretora de Socioeconomia, representando José Renato Ponte – Presidente do Consórcio Ceste.

• Natal Alves Rodrigo – Coordenador do MST, representando João Pedro Stédile – Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST;

• Pedro Ursulino Coimbra de Castro – Vereador do Município de Filadélfia, representando José de Ribamar Brito – Associação dos Moradores de Cana Brava;

• Cleber Gomes Espírito Santo – Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia;

• Ronivaldo Aires – Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito – AABE.

• Denerval Ferreira da Cruz – Presidente da Colônia dos Pescadores Z-35; e

• José William Salviano Villar – Presidente da Associação Comunitária Novo Progresso;

• Adriano Rodrigues Filho – Colônia de Pescadores Z-15;

• Cláudio Luiz dos Santos Beirão – Assessor Jurídico do Conselho Indigenista Missionário – CIMI,

• Agemiro Pereira dos Santos – Presidente da Associação do Assentamento Formosa;

• Silva Carvalho – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Mato Verde;

• Luiz de Abreu de Moura – Representante da Comissão de Pescadores do Município de Estreito – MA;

• Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira – Subprocuradora Geral da República, da 6º Câmara;

• Antônio Veríssimo da Conceição Apinajé – Representante da Organização Indígena do Tocantins – OI;

• Gercilia Kraô – Representante da Associação Indígena Wotykaty;

- José Lopes – Prefeito do Município de Estreito – MA;
- Agimiro Dias da Costa – Prefeito do Município de Babaçulândia;
- Maria dos Anjos Nunes da Silva – Representante da Comunidade Ilha de São José.

Audiência Pública – Abolicionismo e a Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira nas Escolas

Realizada, em 8 de maio de 2008, reunião para atender ao Requerimento nº 6, de 2008 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater o abolicionismo e a aplicabilidade da Lei nº 10.639/93, que estabelece a inclusão, no currículo da Rede oficial de Ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

A reunião centrou-se no debate sobre os projetos em tramitação no Congresso Nacional, de interesse do povo negro. Abordou, principalmente, a igualdade racial, o sistema de cotas para negros nos exames vestibulares e o Prouni.

Foi informado que a anistia póstuma do marinheiro João Cândido, símbolo da Revolta da Chibata, será votada na Câmara dos Deputados na semana do dia 13 de maio. João Cândido liderou a revolta contra os pesados e degradantes castigos corporais aplicados pela Marinha até o começo do século XX. Esse gesto resgata uma dívida que o Estado brasileiro tem com esse personagem histórico, e passa uma mensagem positiva para a sociedade brasileira.

No debate sobre a igualdade racial, afirmou-se a necessidade de viabilizar meios de inclusão social do negro, pela via legislativa. Os participantes consideram que a abolição da escravatura não foi completa, pois os negros foram abandonados sem os meios necessários para sua inclusão plena, tais como o acesso à educação e à terra, além da plena liberdade de manifestação de sua religião e cultura, ainda hoje perseguidas. Destacou-se a necessidade de enfrentar a discriminação, por todos os meios disponíveis, inclusive indiretos, pois o preconceito velado é difícil de combater e é uma das principais formas de exclusão.

Os meios de comunicação foram criticados por não valorizar nem divulgar suficientemente os eventos e conquistas do povo negro. Passa-se a imagem de que não há discriminação no Brasil, mas a igualdade formal apenas esconde a desigualdade substantiva, sendo necessário avançar na inclusão plena, não subalterna, da cultura do povo negro à cultura brasileira.

Os presentes à audiência pública afirmaram esperar que o Mapa da Desigualdade no Brasil, que está sendo elaborado, sirva à elaboração de políticas públicas mais eficazes contra a segregação, e em favor da inclusão.

Com relação às cotas para negros, foram formuladas críticas às ações diretas de inconstitucionalidade que foram propostas contra essas políticas de integração. Todos os presentes rechaçaram críticas às cotas e ao Prouni, salientando sua importância para a inclusão imediata de muitos negros na universidade, pois a atual geração não pode esperar por medidas de longo prazo, que também são necessárias.

Foram apresentados dados que indicam que o conjunto dos alunos cotistas tem um rendimento médio superior ao dos não-cotistas, além de menores evasão e abstenção. A explicação para esse dado reside na valorização e no apoio que esses alunos costumam ter em suas famílias e comunidades, nas quais há poucas pessoas com formação acadêmica superior. Também em função da discriminação, os alunos cotistas e bolsis-

tas redobram sua dedicação aos estudos, para provar seu mérito, e porque compreendem que a educação é uma ferramenta extremamente importante de mobilidade social e de transformação da sociedade.

Participaram dos debates nessa reunião os Senadores Paulo Paim, que presidiu a sessão, José Nery, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Virgínio de Carvalho, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Wellington Salgado e César Borges.

Estiveram presentes à audiência pública, como expositores, os seguintes convidados:

- Edson Santos – Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Carlos Santana – Deputado Federal;
- Antônio Roberto – Deputado Federal;
- Nice Lobão – Deputada Federal;
- Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- José Vicente – Reitor da Unipalmares de São Paulo;
- Carlos Alves Moura – Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz;
- Frei Davi – Diretor da Educafro;
- Sebastião da Silva – Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- Maria Palmares da Silva – Diretora de programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais;
- Regina Célia Silveira Santana – Advogada e integrante da Comissão do Negro e Assuntos Anti-Discriminatórios;
- Jacques Santiago de Jesus – Assessor de Diversidade e Apoio a Cotistas da Universidade de Brasília.

Audiência Pública – Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

14
05
08

Realizada, em dia 14 de maio de 2008, audiência pública, para atender o Requerimento nº 36, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Sibá Machado, com a finalidade de debater a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

As apresentações foram centradas nas questões relativas ao processo de homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima, que tem provocado grave crise nas áreas demarcadas por decisão do Governo Federal.

Os palestrantes convidados falaram das ações, ao longo dos últimos 30 anos, dos órgãos responsáveis pela homologação da Reserva. Falaram, também, do trabalho de antropólogos e lingüistas nesse processo, assim como dos aconteci-

mentos recentes, conseqüência do início da expulsão das populações não-índias residentes naquela região.

Questionou-se, de forma veemente, a situação dos povos indígenas hoje em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo os palestrantes, a decisão do Tribunal sobre a homologação da reserva pode comprometer o "direito mais sagrado dos índios". Foi lembrado, nessa ocasião, que o STF suspendeu a operação de retirada da população não-índia, em decorrência de ação impetrada pelo Estado de Roraima, contrário à demarcação. Complementarmente, argumentou-se que "ato contrário do Supremo" trará um retrocesso para as questões indígenas no País.

Os palestrantes foram unânimes em declarar serem os índios "os brasileiros originários – aqueles que definiram o mapa do Brasil". Nesse sentido, o reconhecimento dessa realidade configurou um avanço e, assim, a Câmara e o Senado Federal têm o dever de "reafirmarem os ganhos constitucionais referentes a essa matéria". Para os palestrantes é chegado o "momento de parar com a retórica e mostrar que honramos o Direito e praticamos a justiça".

Ainda de acordo com os convidados, o estado de Roraima deveria unir-se aos povos indígenas, que fazem parte do povo daquele Estado, e não permitir que os criminosos que tentam impedir a retirada dos não-índios fiquem impunes.

Estiveram presentes à audiência pública os Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita, que presidiram a reunião alternadamente, Flávio Arns, Inácio Arruda, Jaime Campos e as Senadoras Fátima Cleide e Rosalba Ciarlini.

Participaram, como palestrantes, os seguintes convidados:

- César Augusto Baldi – Jurista;
- Sydney Ferreira Possuelo – Indigenista especialista em relações com índios "isolados";
- Joênia Batista de Carvalho (Joênia Wapixana) – Advogada indígena, integrante da delegação brasileira no Fórum Permanente dos Povos Indígenas da ONU;
- Paulo Santilli – Representante do Presidente da Funai;
- Jecinaldo Saterê Mawé – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Realizada no dia 15 de maio de 2008, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar das questões atinentes ao povo negro.

A reunião abordou, principalmente, a luta pela construção da cidadania dos negros no Brasil e as iniciativas de combate à desigualdade racial, como as ações afirmativas.

Nas discussões, enfatizou-se a importância de ações afirmativas e reparadoras, como a iniciativa do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2001, da Senadora Marina Silva. Esse projeto propõe anistia póstuma ao marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, e aos demais participantes do

movimento. Segundo os expositores, iniciativas dessa natureza são importantes, pois contribuem para resgatar a auto-estima do povo negro no Brasil.

Abordaram-se, também, aspectos históricos no campo da legislação de combate ao racismo, assim como as políticas públicas de promoção da igualdade racial e da cidadania dos negros no País. Segundo os palestrantes, embora haja avanços importantes no setor, ainda há muito por fazer.

Outro tema que mereceu destaque na audiência pública foram as ações afirmativas destinadas à população negra. Observou-se que, regra geral, as ações de caráter universalista não têm sido suficientes para a inclusão social da população negra. Por isso, fazem-se necessárias as políticas afirmativas. Nesse sentido, anunciou-se, na audiência, a adesão de onze ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao manifesto em defesa das cotas para negros nas universidades entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Gilmar Mendes.

Destacou-se, ainda, a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Projeto de Lei nº 6.265, de 2005), do Senador Paulo Paim, que se encontra na Câmara dos Deputados. Segundo os depoentes, a luta pela aprovação do estatuto é a luta pela cidadania e contra todo tipo de discriminação.

Participaram dos debates nessa reunião os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Jaime Campos, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Cristovam Buarque e Magno Malta. Estiveram também presentes os Deputados Federais Antônio Roberto e Carlos Santana.

Comparecem à audiência pública, como expositores, os seguintes convidados:

- Marina Silva – Senadora Licenciada e Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente;
- Edson Santos – Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República;
- Antônio Inácio Matos da Silva – Coordenador de Formação Política do Movimento Negro Unificado/RS;
- Maira Luci Correa Ferreira – Representante dos Educadores Negros – Agentes de Pastoral Negros/Porto Alegre;
- Daniel Sarmento – Procurador Federal do Rio de Janeiro;
- Samuel Santana Vida – Professor de Direito da Universidade Católica da Bahia;
- Ruben da Silva – Coordenador Representante dos Usuários da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Rio Grande do Sul (CEPPIR/RS);
- Ana do Carmo da Silva Honorato – Coordenadora Presidente da Comissão Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição (CEPPIR – GHC);
- Frei David – Assessor da Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes (EDUCAFRO);
- Kleber Bispo dos Santos – Assessor Jurídico do Gabinete da Vereadora Claudete Alves; e
- Sionei Ricardo Leão – Jornalista, professor universitário e membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (CORIJA – DF).

Realizada no dia 21 de maio de 2008, a reunião foi convocada para atender ao Requerimento nº 6, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar das questões atinentes ao povo negro.

A reunião teve seu inicio com a leitura de trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal do Brasil, que garantem a liberdade religiosa e de culto, além de ressaltar a importância cultural e social das religiões de matriz africana para a comunidade negra.

Falou-se da necessidade de o Poder Público proteger a chamada Prainha, às margens do Lago Paranoá, em Brasília, como um local de culto religioso, pois

o local está exposto à ação de vândalos e malfeitores, que danificam as esculturas dos orixás e ameaçam a integridade dos fiéis. Apontou-se a ainda a necessidade de reconhecimento oficial da religião afro-brasileira.

Foram apresentados os vídeos "Segunda Caminhada pela Vida e Pela Liberdade Religiosa" e "Trechos do documentário sobre a demolição do Oyá Unipo Neto – fevereiro de 2008", que mostra a destruição de um tradicional terreiro em Salvador, Bahia.

Solicitou-se que fosse constituída uma comissão de inquérito para estudar a intolerância religiosa no Brasil, fomentada algumas vezes por evangélicos pentecostais. Nessa ocasião, vários expositores mencionaram a necessidade de reconhecer oficialmente as religiões de matriz africana e de garantir aos locais de culto o respeito idêntico ao atribuído às outras religiões.

Representantes das igrejas católica e evangélicas reiteraram a necessidade de praticar a tolerância religiosa, reconhecendo o interesse em trabalhar para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Em resposta à solicitação de realização de audiências similares em outras localidades brasileiras, o Senador José Nery apresentou o requerimento de realização de diligências externas nas grandes regiões brasileiras. Essas diligências seriam uma extensão do ciclo de audiências para discussão de políticas públicas de igualdade racial, com o objetivo de discutir o Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas, a regularização das terras de comunidades quilombolas e o combate ao preconceito religioso.

Nessa audiência, foi aprovado o Requerimento nº 46, de 2008, para a realização de audiência pública sobre o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Estiveram presentes os Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Geovani Borges, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Heráclito Fortes, Virgílio de Carvalho e a Senadora Lúcia Vânia. Também participou da audiência o Deputado Federal Antônio Roberto, relator do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados.

Participaram das exposições e dos debates os seguintes convidados:

- Albert Silva – Pastor da Igreja O Brasil para Cristo/SP;
- Ari Antônio dos Reis – Padre e Assessor da Pastoral Afro-Brasileira da CNBB;
- Carlos Alves Moura – Professor e Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB;
- Bentilho Jorge da Silva – Teólogo e Pastor da Igreja Batista Projeto e Cristo;
- Marcos Rezende – Coordenador-Geral do Coletivo de Entidades Negras (CEN) Ogan do Ilê Axé Oxumaré;
- Marinalva Velozina dos Santos Moreira – Presidente da Federação Brasiliense Entorno de Umbanda e Candomblé;
- Francisco Alves da Silva – Presidente do Ilê de Owa Isan; e
- Maria Palmira da Silva – Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, representando Alexandre da Anunciação Reis, SubSecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais (SEPPIR).

Audiência Pública – Políticas do Governo Lula para as Comunidades Quilombolas

Realizada no dia 28 de maio de 2008, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar das Políticas do Governo Lula para as comunidades quilombolas.

As apresentações enfocaram as particularidades das políticas setoriais direcionadas às comunidades quilombolas, trazendo críticas e sugestões de aperfeiçoamento ao processo de promoção da igualdade racial, principalmente nas 3.524 comunidades quilombolas existentes no País.

Foram expostos diversos problemas atualmente enfrentados na política de atendimento às comunidades remanescentes de quilombos e carências estruturais e orçamentárias do Incra, que não encontra recursos para atender aos

quilombos de todo o País. A sobreposição de interesses ambientais, indígenas, econômicos (mineração, turismo etc.) e de segurança nacional tem levado à proliferação de controvérsias judiciais envolvendo as terras de quilombos, sendo difícil envolver os estados e municípios nas políticas públicas de âmbito nacional. O turismo desordenado em áreas remanescentes de quilombos tem propiciado a degradação ambiental, além do surgimento de doenças sexualmente transmissíveis entre as comunidades. Gradualmente, o Governo Federal tem intensificado políticas de habitação, saneamento, abastecimento de água e acesso à energia elétrica para suprir as carências materiais nessas comunidades.

A educação em comunidades remanescentes de quilombos também foi debatida, sendo abordadas algumas dificuldades, entre elas: empecilhos legais à construção de escolas e à atuação do Ministério da Educação em áreas ainda não certificadas como remanescentes de quilombos; a dispersão geográfica dos quilombos leva à construção de unidades escolares isoladas e pequenas, normalmente com apenas uma sala, onde são atendidos grupos pequenos e muito estratificados, demandando dispersão de recursos materiais e humanos.

Deu-se ênfase, também, à questão do reconhecimento do mérito e dos avanços do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e, também, dos problemas dele decorrentes. Segundo alguns palestrantes, pontos como a questão da autodefinição, da titulação e das políticas de infraestrutura ainda escassas merecem especial atenção. Sob essa ótica, de acordo com os palestrantes, órgãos como TCU e Incra, entre outros, deveriam ser chamados a discutir o tema.

Finalmente, foi apresentada a Agenda Social das Comunidades Quilombolas, lançada pelo Governo Federal no final de 2007. Essa agenda, segundo a representante da Seppir, é mais uma estratégia do Governo Federal, desenvolvida em parceria com governos estaduais, Distrito Federal, prefeituras, iniciativa privada e sociedade civil, para promover a igualdade racial e superar as desigualdades raciais e sociais no País.

Estiveram presentes à audiência pública os Senadores Paulo Paim, que presidiu a reunião, Gilberto Goellner, Geovani Borges, Mozarildo Cavalcanti, Virginio de Carvalho e Fátima Cleide.

Participaram, como palestrantes, os seguintes convidados:

- Pedro Sadi Monteiro – Professor Doutor em Ciência da Saúde – UnB;
- Maria Auxiliadora Lopes – Coordenadora de Quilombos da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação;
- Rui Leandro da Silva Santos – Coordenador-Geral de Regularização de Territórios de Quilombos – Incra;
- Johnny Ferreira dos Santos – Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia da Saúde Pública – Funasa;
- Givânia Maria da Silva – Coordenadora da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq;
- Sandra Pereira Braga – Representante Quilombola da Comunidade Mesquita;
- Débora Duprat – Subprocuradora-Geral da República da Procuradoria-Geral da República – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- Antônio César Ramos – Secretaria Nacional de Habitação – Ministério das Cidades;
- Oraida Abreu – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Resumo de Audiência – Impacto da Tributação na Distribuição de Renda e na Qualidade de Vida dos Pobres e Assalariados

Realizada, em 5 de junho de 2008, para atender ao Requerimento nº 46, de 2008 – CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Leomar Quintanilha, para tratar do impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

A reunião foi convocada para ouvir exposição do Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Sr. Márcio Pochmann, que buscou apresentar um olhar social sobre o tema da tributação e da reforma tributária no Brasil.

A exposição foi dividida em duas partes. Na primeira, mostrou o impacto negativo do sistema tributário na elevada desigualdade de renda e pobreza exis-

tentes no País. Na segunda, apresentou uma simulação para mostrar que há espaço para combater esses problemas sociais apenas por intermédio da redistribuição na estrutura atual de tributos; isto é, sem alteração da carga tributária atual (em torno de 34% do PIB).

Diversos aspectos da concentração da renda nacional foram mostrados, dentre eles a diminuição da participação dos salários ao longo dos últimos anos, representando hoje apenas 39% da renda gerada no Brasil, e a concentração existente no âmbito da própria renda do trabalho. Também foi explicitado o recente aumento da carga tributária e o fato de que apenas 12,1% estão disponíveis para livre provimento dos governos (o restante está vinculado a gastos específicos).

Com relação à elevação da carga tributária, foram apresentadas informações que mostram sua concentração na renda da população menos favorecida do País. Entre 1996 e 2003, a carga sobre os que ganham até dois salários mínimos expandiu de 28% para 48,9%. Para os que auferem mais de trinta salários, o aumento foi de 17,9% para 26,3%.

De acordo com o Sr. Márcio Pochmann, essa situação decorre, principalmente, do elevado peso dos impostos indiretos no Brasil (ICMS, Cofins, etc.), o que faz com que os 10% mais pobres da população comprometam elevadíssima proporção da renda com o pagamento desses impostos, ao contrário do que ocorre com os 10% mais ricos.

A principal conclusão é que o sistema tributário brasileiro, por possuir elevada parcela de impostos indiretos, é muito regressivo, favorecendo a concentração de renda e a pobreza. Tal situação, por seu turno, é agravada pelo fato de que os impostos diretos (como é o caso do Imposto de Renda) são pouco progressivos no Brasil. A partir dessa constatação, o expositor buscou mostrar a vantagem, em termos sociais, de reduzir o peso dos impostos indiretos e elevar o dos diretos, sem alterar o montante da carga tributária.

Na simulação apresentada, eliminou-se a Cofins, que é o segundo imposto mais regressivo do País (o primeiro é o ICMS) e elevou-se o Imposto sobre a Renda, o imposto mais progressivo, aumentando as faixas de tributação (são apenas duas, atualmente) e os respectivos percentuais, sem alterar o limite de isenção hoje existente. O resultado da simulação é uma redução de 10,7% na pobreza, equivalente a cerca de três programas Bolsa Escola, o mais importante fator de redução da pobreza e da desigualdade de renda atualmente existente no Brasil.

Por fim, destaque-se que a mensagem passada à comissão é a de que a tributação não deve ser vista apenas do ponto de vista da arrecadação e da eficiência econômica. Deve também ser contemplada, discutida e reformulada sob o prisma social, tendo em vista seu elevado potencial como instrumento de redução da pobreza e da concentração de renda. Cabe, assim, priorizar a justiça tributária nas discussões envolvendo a reforma do sistema tributário nacional.

Estiveram presentes à reunião os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Geovani Borges, Romeu Tuma, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho e Lúcia Vânia.

Realizada no dia 12 de junho de 2008, reunião convocada para atender ao Requerimento nº 21, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a violência contra o idoso.

Ao contrário da audiência pública do ano anterior, centrada na violência intrafamiliar, a de 2008 enfatizou a violência institucional contra os idosos, decorrente da não-observância – por parte dos órgãos governamentais e das entidades da sociedade civil – dos direitos já garantidos na legislação nacional e internacional.

Segundo os palestrantes, constituem exemplos dessa violência o achatamento do valor das aposentadorias, não obstante o superávit de quase 340 bilhões

de reais na conta da seguridade social entre 2000 e 2007; a não-inserção da problemática do envelhecimento nos currículos escolares; a escassez de cursos de Gerontologia e de Geriatria e, por conseguinte, de profissionais desses ramos para atender a uma população que cresce com celeridade; a prática de reduzir a circulação dos idosos a determinados espaços (instituições de longa permanência, hospitais, clubes de terceira idade, etc.); entre outras.

Os palestrantes foram unânimes em afirmar que o Brasil dispõe de um arcabouço jurídico de proteção bastante avançado, mas pouco caminhou no tocante à implantação das leis e ao controle social sobre as políticas públicas para os idosos. Refiriram-se à garantia de renda para os idosos, apontada como fonte de sobrevivência de grande parte dos municípios brasileiros e, também, ao trabalho dos voluntários da Pastoral da Saúde, que fazem o acompanhamento domiciliar de mais de 112 mil idosos.

Os convidados ressaltaram que os idosos compõem um segmento de quase 20 milhões de pessoas, representando mais de 10% da população brasileira. Esse segmento tem por característica a heterogeneidade de sexo, etnia, escolaridade, condição física ou mental, poder aquisitivo e *status* social de seus integrantes, além de ser formado por uma maioria de pessoas autônomas (80%), embora comporte uma parcela significativa cuja sobrevivência depende dos cuidados de terceiros.

Segundo os palestrantes, a superação dos problemas que atingem essa população demanda várias providências, entre as quais se encontram a implementação de políticas públicas para combater a violência, a discriminação e o preconceito; o comprometimento do orçamento público; o trabalho em rede; a celebração de pactos pelo envelhecimento e a ação conjunta do Estado – em todos os níveis federativos, Poderes e órgãos públicos – e da sociedade civil, incluindo todos os conselhos; a presença e a participação dos idosos em todos os espaços sociais e em todas as instâncias de poder; a difusão de experiências exitosas; a capacitação de cuidadores; a inserção de informações sobre o processo de envelhecimento no ensino formal.

Na avaliação dos convidados, a educação é o melhor passaporte para a inclusão e desempenha papel fundamental na erradicação da violência contra o idoso, pois constitui o meio adequado para a construção de uma nova maneira de encarar o envelhecimento, destruindo a discriminação e o preconceito. Urge, portanto, no seu entender, tornar as pessoas mais cônscias de sua cidadania e preparar o País para o processo social necessário, natural e bom de envelhecer com dignidade.

Reiterou, por fim, a necessidade de políticas integradas e de uma coordenação da política nacional do idoso. Ressaltou, ainda, a importância das palavras para definir quem são os idosos e para o que servem, afirmando que eles não têm a pretensão de rejuvenescer, mas a de envelhecer com dignidade e de usar sua experiência para iluminar o futuro.

Antes de encerrar a audiência pública, o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim sugeriu a realização de conferência nacional para debater exclusivamente a questão da previdência social e das aposentadorias e pensões.

Estiveram presentes à referida audiência pública os Senadores Paulo Paim e José Nery, que a presidiram alternadamente.

Da reunião, participaram também, como palestrantes, os seguintes convidados:

- Perly Cipriano – Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e representante do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Emídio Rebelo Filho – representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) no Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI);
- Terezinha Tortelli – representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e membro da Pastoral do Idoso;
- Jussara Rauth – Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e membro do CNDI.

Audiência Pública – Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência

Realizada em 19 de junho de 2008, para atender ao Requerimento nº 21, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência.

Reunião Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (CASDEF)

As apresentações giraram em torno do conteúdo da Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e da importância de sua imediata ratificação pelo Brasil.

Os palestrantes discorreram sobre a crescente preocupação internacional com o tema nas últimas décadas, sobre a participação do Brasil e da sociedade civil mundial na elaboração do texto da Convenção e sobre a necessidade de não só tornar reais os direitos já garantidos na legislação, mas também de divulgá-los, pois a maior parte da população os ignora. Também comentaram a existência de duas iniciativas da sociedade civil especificamente voltadas a divulgar o conteúdo da Convenção da ONU: o sítio eletrônico www.assinoinclusao.org.br e um livro escrito por um conjunto de especialistas.

Alegaram que o texto da Convenção deve beneficiar cerca de 100 milhões de brasileiros, contingente que abrange as pessoas com deficiência propriamente ditas e suas famílias, hoje responsáveis por suprir a omissão do Estado. Para demonstrar os possíveis reflexos desse texto na vida das pessoas com deficiência, projetaram um filme que mostra a realidade que o documento busca ver implantada: a história de um universitário que, ao se tornar tetraplégico, desenvolveu um programa de computador que o ajuda a realizar as tarefas do dia-a-dia de forma autônoma.

Pleitearam, então, que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tecnologias semelhantes e apontaram a necessidade de reconhecer a tecnologia assistiva como área de conhecimento, para que o trabalho dela seja apoiado pelos centros de pesquisa e seus produtos possam ser colocados à disposição das pessoas com deficiência a preços razoáveis, como determina o texto internacional.

Segundo os palestrantes, a Convenção – que já está em vigor – trata as políticas de pessoas com deficiência como uma questão de direitos humanos, classifica a ausência de acessibilidade como discriminação e exige espaços mais inclusivos, o que resultará no desenho de cidades melhores para todos. Ela entende a limitação física, mental ou sensorial como atributo da pessoa, mas considera a sociedade responsável pela deficiência, que conceitua como a falta de acesso aos direitos.

Os palestrantes foram unânimes em defender a ratificação do diploma antes do mês de agosto de 2008. Essa ratificação permitiria ao Brasil não só manter sua posição internacional de vanguarda em termos de proteção dos direitos humanos, mas também participar da Conferência dos Estados-Partes, a realizar-se em outubro, e indicar um especialista para compor o Comitê de Vigilância da Convenção.

Na oportunidade, divulgaram as conferências municipais em curso que seriam seguidas das etapas estaduais preparatórias para a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, agendada para o início de dezembro, a fim de discutir o tema "Desenvolvimento, Participação e Inclusão".

Os palestrantes destacaram que o Brasil comporta mais de 1/3 da população com deficiência da América Latina e que 70% das crianças nessas condições estão fora da escola, dados que demonstram a importância da educação para a inclusão social e econômica desse grupo. Afirmaram que, no caso das pessoas com deficiência, essa importância é tanto maior, pois a diminuição do grau de dificuldade imposto pela deficiência depende da ciência e da tecnologia, frutos da educação.

Denunciaram a falta de acesso das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho, bem como o tratamento desairoso conferido aos surdos no plano judicial, a quem não se garante intérprete sequer para dar conhecimento do teor das sentenças, direito há muito já conquistado pelos estrangeiros no País.

Antes do encerramento da audiência, o Presidente do Senado assumiu pessoalmente o compromisso de, tão logo fosse destrancada a pauta no início da semana seguinte, colocar em votação a proposta de ratificação do texto da Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.

Estiveram presentes à audiência pública os Senadores Flávio Arns, que presidiu a reunião, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, José Nery e Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal.

Participaram como palestrantes os seguintes convidados:

- Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE);
- Nicola Esperanza – Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;
- Flavia Maria de Paiva Vital – Organizadora da publicação "A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada";
- Alexandre Carvalho Baroni – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE);

• Regina Maria Melo Atalla – Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (RIADIS); e

• Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público da União.

Audiência Pública – Situação da Prisão Ilegal de Índios no Brasil

26
06
08

Realizada em 26 de junho de 2008 para atender ao Requerimento nº 52, de 2008 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim, a Audiência Pública tratou da situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso.

A audiência teve como objetivo a exposição das conclusões constantes do documento A Situação dos Detentos Indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, de autoria do Centro de Trabalho Indígena (CTI), em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e apoio da União Européia, da *Gordon and Berry Moore Foundation* e da *Norad*.

Em particular, estudou-se a situação dos Kaiowá e Guarani naquele Estado. Segundo o documento apresentado, na raiz desse problema, entre outros dramas sociais vividos pelos índios na região, encontra-se a questão da demarcação das terras indígenas.

Com relação ao Projeto Situação dos Detentos Indígenas/ Mato Grosso do Sul, da Universidade Católica Dom Bosco, foi revelado que a alta incidência de prisões em flagrante de índios se devia não à alta freqüência de crimes, mas à passividade na hora da prisão, indicando um pendor cooperativo com a comunidade. Também foi informado que a maior parte das denúncias parte da própria comunidade indígena e que não é facultado aos índios, nos primórdios do inquérito policial e do processo, direitos e garantias mínimas.

Nesse projeto, o levantamento foi realizado junto às Varas Criminais e de Execução Penal dos processos e guias de recolhimentos dos índios processados e condenados definitivamente. Dos 149 processos, em 130 os réus eram indígenas; 63% eram prisões em flagrante; 28%, prisões preventivas; 3%, provenientes de sentenças condenatórias; 1%, temporárias, e 4% não tiveram sua natureza informada.

Os crimes mais recorrentes entre a população carcerária indígena identificados foram o homicídio (37%); o estupro, 16% e o tráfico de drogas, 11%.

Constatou-se que, em 78% dos casos, os réus não contaram com a presença de intérprete ou outro meio eficaz para compreensão e não houve respeito à preferência ao não encarceramento na definição da pena.

Observou-se, nessa reunião, que a maioria das questões relativas aos indígenas é encaminhada à Justiça Estadual, conforme a Súmula nº 140, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que dificulta a análise quantitativa da situação dos índios detentos e gera informações inconsistentes sobre a composição étnica carcerária. Na ocasião, foi anunciado, ainda, o convênio entre a Associação Brasileira de Antropologia e o Ministério Público Federal à época do início do trabalho do CTI para o acompanhamento apropriado da questão.

O CTI sugeriu propostas de mudança nos códigos Penal e de Processo Penal de modo a melhor promover os direitos dos índios. Para o Ministério Público, tais mudanças seriam desnecessárias.

Na audiência, observou-se, ainda, a falta de envolvimento da comunidade acadêmica, sobretudo da Antropologia, com as questões indígenas e concluiu-se o evento

comentando sobre a necessidade de conferir vitalidade ao trâmite legislativo do novo Estatuto do Índio, pelo o que a CDH incumbiu-se de encaminhar os documentos analisados na audiência ao relator da matéria.

Participaram da audiência, além do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Senador Paulo Paim, os seguintes convidados:

- Carlos Macedo – Coordenador do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Centro de Trabalho Indigenista;
- Andrea Flores – Coordenadora do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Universidade Católica Dom Bosco;
- Deborah Duprat – Coordenadora da 6ª CCR/MPF, representando Nicole Soares Pinto – Assessora de Imprensa do Projeto Situação dos Detentos Indígenas /MS – Centro de Trabalho Indigenista; e
- Cristhian Teófilo da Silva – Representante da Associação Brasileira de Antropologia.

Audiência Pública – "Depoimento sem Dano" na Inquirição de Crianças e Adolescentes

Reunião Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Realizada no dia 1º de julho de 2008 pela CDH, pela CAS e pela CCJ, a reunião focalizou o uso da técnica do "depoimento sem dano", proposta pelo PLC nº 35, de 2007, na inquirição judicial de crianças e adolescentes.

As apresentações foram unânimes ao ressaltar a gravidade e a complexidade da violência perpetrada contra crianças e adolescentes. Centraram-se, sobretudo, na violência sexual, que vitima cerca de 170 jovens por dia no Brasil (80% deles com menos de 12 anos de idade), e geralmente ocorre no ambiente doméstico, sem testemunhas, sendo praticada por quem deveria protegê-los.

Segundo os expositores, as circunstâncias desse tipo de crime tanto militam em favor da impunidade quanto fazem com que a palavra da vítima adquira imensa importância no processo judicial. Sabe-se, porém, que apenas 10% dos casos de violência sexual infantil são notificados e que as poucas crianças que rompem com o silêncio não só carregam o trauma da violência em si, como sofrem sucessivas revitimizações ao serem constrangidas a contar (e a reviver) a história nas diversas fases do processo. Para eles, isso acontece porque não há integração dos sistemas de proteção (justiça e saúde, em especial), não há oitiva diferenciada (exceto em 17 das 2.579 comarcas do País) e falta preparo aos operadores do direito para lidar com a complexidade do problema, que demanda trabalho interdisciplinar e respostas concretas, imediatas e criativas.

Em contraponto, foram mencionadas algumas experiências exitosas, a exemplo do acolhimento diferenciado no Instituto Médico Legal de Salvador e do emprego da técnica de "depoimento sem dano" em Porto Alegre, à qual então se

tributou o poder de encorajar a denúncia e de viabilizar a condenação dos agressores em 59% dos casos.

Já adotada em seis estados, essa é a técnica que o PLC nº 35, de 2007, pretende implantar em todo o País. Trata-se de uma forma diferenciada de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de crimes, mediada por profissional qualificado e realizada em ambiente acolhedor e lúdico, sem a presença física dos operadores do direito e do réu. Por meio dessa técnica, que é precedida de consulta ao jovem a fim de saber se ele deseja depor e de avaliação profissional acerca de suas condições para fazê-lo, ouve-se o depoimento, produz-se antecipadamente a prova e decide-se quanto à necessidade de encaminhar a vítima ou testemunha para tratamento.

A maioria dos presentes à audiência defendeu a imediata generalização dessa estratégia, proposta pela PLC nº 35, de 2007, entendendo que sua adoção não obriga a criança a falar no processo e garante a produção de provas mais técnicas, reduzindo os danos causados à vítima e possibilitando a punição dos agressores. Essa postura foi adotada, por exemplo, pelos representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) não explicitou a posição do colegiado quanto ao projeto, argüindo a necessidade de antes aprofundar e ampliar o debate sobre o tema, que deveria ser interdisciplinar.

Já a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) declarou-se contrário ao uso da técnica e à aprovação do projeto, alegando razões éticas e jurídicas. Sustentou que o projeto falha ao silenciar sobre a idade mínima para inquirição da testemunha e ao não explicitar em que mãos ficará o depoimento, além de confundir o direito de ser ouvido com o dever de depor. Afirmou, ainda, não ser legítimo exigir que o profissional de psicologia trabalhe para extrair a verdade da criança, pois o silêncio é uma forma de expressão da pessoa traumatizada, necessário para a elaboração do problema. Protestou, por fim, contra a legitimidade de causar um dano para reparar outro e indagou se, do ponto de vista ético, as crianças podem depor contra seus pais.

Na audiência, estiverem presentes o Senador Marco Maciel, que a presidiu, as Senadoras Lúcia Vânia e Marina Silva e os senadores Augusto Botelho, César Borges, Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Jarbas Vasconcelos e Magno Malta.

Vários senadores fizeram uso da palavra durante a reunião. A Senadora Marina Silva destacou a importância do projeto, que faz a síntese entre a proteção da criança e a responsabilização dos agressores, e a preocupação da técnica do "depoimento sem dano" com o devido encaminhado da criança vítima de violência sexual. O Senador Magno Malta pediu apoio profissional para inquirir as crianças vítimas de pedofilia no curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema. O Senador Flexa Ribeiro lembrou que o projeto não se refere especificamente ao psicólogo, mas a profissional qualificado, e perguntou se o CFP tem proposta alternativa para encaminhamento do problema. A Senadora Lúcia Vânia, relatora da matéria no âmbito da CCJ, expressou o receio de que não haja profissionais capacitados em número suficiente para acompanhar o aumento da presença de crianças nos depoimentos, mas adiantou seu voto favorável à proposição, no que foi secundada pelo Senador Marco Maciel.

Também participaram da reunião, como palestrantes, os seguintes convidados:

– Esther Arantes – Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia;

– Maria Luiza Moura – Presidente do Conanda;

– Veleda Dobke – Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul e representante de Fernando Lejdermani, Presidente da Sociedade de Psiquiatria daquele Estado;

– Fernando Luiz Carvalho – Representante de Carmem Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e

– José Antônio Daltoé Cezar – Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Audiência Pública – Situação de Segurança de Vida dos Oficiais de Justiça

Realizada em 3 de julho de 2008, a reunião teve como tema a situação de segurança de vida dos oficiais de Justiça e condições de desempenho de suas funções.

No início dos trabalhos, foi assinalado pelos senadores que os oficiais de Justiça já deveriam ter seus direitos reconhecidos legalmente sem que, para tanto, tivessem de vir até o Senado Federal apresentar suas reivindicações.

Os convidados ressaltaram a necessidade de se conscientizar a sociedade sobre o papel dos oficiais de Justiça, que chegam a lugares que nenhum outro profissional alcança, levando a Justiça. Em suma, funcionam como "Braço da Justiça".

Foi lembrado que as atividades dos oficiais de Justiça envolvem risco e que, como regra, eles trabalham sozinhos e sem reforço policial, ao contrário de agentes policiais que, comumente, trabalham em grupo e detêm porte de arma. Além disso, diferentemente de outros servidores públicos, os oficiais de Justiça não raramente trabalham durante a noite no cumprimento de diligências.

Desse modo, defenderam que haja previsão legal de porte de arma para os oficiais de Justiça e, ainda, de aposentadoria especial por se tratar de atividade de risco.

Para ilustrar, foram apresentadas inúmeras notícias veiculadas na imprensa sobre agressões sofridas por oficiais de Justiça e também foram apresentadas razões jurídicas para fundamentar esse pleito.

Outra reivindicação dos oficiais de Justiça refere-se ao fato de lhes haver sido acrescentada a função de avaliadores, sem qualquer reflexo sobre a remuneração prevista para a função original.

Foram citadas as proposições legislativas, a seguir listadas, que tramitam no Congresso Nacional e interessam aos oficiais de Justiça, os quais solicitaram que fossem aprovadas com a maior brevidade possível.

– Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007, que tramita no Senado e altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito [titularidade do grau de bacharel em Direito] para investidura no cargo de Oficial de Justiça;

– Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo), para se permitir o porte de arma para oficiais de Justiça e avaliadores do Poder Judiciário dos Estados e da União, entre outros agentes públicos;

– Projeto de Lei nº 418, de 2007, que tramita na Câmara dos Deputados e que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, modificada pela Lei nº 10.754, de 31 de outubro

de 2003, para estender a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos utilizados pelos oficiais de Justiça usados em serviço.

Ao final, o Senador Paulo Paim comprometeu-se, com os oficiais de Justiça presentes à Audiência Pública, a apresentar emenda ao Projeto de Lei Senado – Complementar nº 68, de 2003. Essa emenda incluiria esses servidores públicos na proposição, a qual regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Estiveram presentes à referida audiência pública o Senador Paulo Paim, que a presidiu a reunião, o Senador José Nery e o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves.

Como convidados, compareceram:

- Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (FOJEBRA);
- Deputado Federal Pompeo de Mattos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;
- Rudi Cassel, Advogado; o Deputado Estadual Marquinho Lang, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul;
- Lúcia Maria Bernardes de Freitas, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (FENASSOJAF);
- Vantuil Luis Cordeiro – Delegado de Polícia Federal.

Audiência Pública – Reserva Indígena Bananal em Brasília

Realizada em 7 de agosto de 2008, reunião convocada para atender ao Requerimento nº 59, de 2008 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater questões atinentes à Reserva Indígena Bananal em Brasília.

A possibilidade de construção do setor habitacional noroeste, em Brasília, gerou conflitos em face da existência da Reserva Indígena Bananal no local. Algumas lideranças indígenas protestam contra o deslocamento da comunidade, outras sobre os direitos indenizatórios cabíveis. Sobre essa contenda se centrou a audiência pública em tela.

Foi esclarecido que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) não foi consultado sobre financiamento da construção do setor noroeste e jamais analisou o mérito quanto à existência da Reserva. O único aspecto analisado pelo Banco foi se o desmembramento do setor prejudicaria as garantias dadas para o financiamento do metrô.

O Ministério Público, que acompanha o caso, solicitou uma perícia técnica sobre a existência da Reserva em razão de haver preceitos constitucionais que garantiriam ao povo ali residente direitos de inamovibilidade – ocupação tradicional e imemorial. Nota técnica preliminar, não conclusiva, manifestou-se pela existência de vestígios de cultura indígena naquela área.

Em paralelo, foram impetradas uma série de ações possessórias, uma delas julgada improcedente pela justiça federal.

Segundo informações fornecidas na reunião, o Ministério Público tentou intermediar solução de consenso por meio de termo de ajustamento de conduta, pelo qual não haveria remoção coativa. Assim, em caso de perda da ação judicial, a remoção seria feita para local similar no qual as comunidades pudessem desenvolver as mesmas culturas e tipo de atividade, inclusive religiosa, que desenvolvem no local onde estão.

Algumas lideranças não concordaram com o termo e entraram com ação de indenização pelas benfeitorias. Em razão do valor simbólico da terra para as comunidades indígenas, o montante pedido foi de R$ 74 milhões.

Lembrou-se, nessa audiência, que o setor noroeste não é um projeto novo. Está previsto, desde 1985, no Plano Brasília Revisitada de Lúcio Costa.

Para o setor noroeste, foram feitos dois estudos de impacto ambiental, um pela Secretaria Brasiliense de Meio Ambiente e outro, após constituída a área de preservação do planalto central, pelo IBAMA. Em ambos os estudos, reconheceu-se as ocupações existentes na área. O que se desconhecia, porém, era a natureza de ocupação tradicional, e não eventual.

De acordo com relatos na audiência, o GDF dirigiu-se à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para conferir uma forma de negociação e dar a melhor solução para a questão.

A Fundação teria negligenciado as demandas do GDF, que foi forçado a pedir a intermediação do Ministério Público. Várias alternativas foram oferecidas às comunidades indígenas residentes no local, que não foram aceitas.

Para a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, sendo aquele um local sagrado, os índios deveriam lá permanecer. A Defensoria entrou com anulatória de termo aditivo de conduta.

Por fim, o Senador Paulo Paim apresentou os encaminhamentos da audiência, compendiando as sugestões dos participantes da audiência pública:

- realização de seminário sobre o tema;
- visita ao Governador Arruda;
- visita à Reserva do Bananal;
- estudo da possibilidade de se refazer o projeto do Setor Noroeste;
- afirmação da importância da Convenção nº 169, e outras convenções e acordos internacionais sobre os direitos indígenas; e
- solicitação de criação de grupo de trabalho na Funai para estudar a natureza da Reserva do Bananal.

Estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, José Nery, Cristovam Buarque e Marina Silva.

Participaram como palestrantes os seguintes convidados:

- Ivair Augusto Alves dos Santos – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate a Discriminação da Presidência da República;
- Luciana Loureiro Oliveira – Procuradora da República, representando Déborah Macedo Duprat de Brito Pereira – Subprocuradora Geral da República – Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Índios e Minorias/PGR/MPF;
- Danilo de Almeida Martins – Defensor Público da União (DPU);
- Awamirim – Presidente da Associação Cultural Povos Indígenas (ACPI);
- Santxiê Tapuya – Liderança indígena da Comunidade da Terra Indígena Bananal e do Santuário dos Pajés;

- Frederico Flósculo Pinheiro Barreto – Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, representando José Jorge de Carvalho, Professor pelo Departamento de Antropologia da UnB;

- Antônio Prado – Chefe de Departamento de Relações com o Governo, representando Luciano Galvão Coutinho – Presidente do BNDES; e

- Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva – Diretora Técnica e de Fiscalização da TERRACAP, representando Antônio Raimundo Gomes Silva Filho – Presidente da TERRACAP.

Capítulo III

Reuniões das Subcomissões

Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher
Audiência Pública – A Mulher nos Espaços de Poder

Realizada no dia 6 de março de 2008, a reunião foi convocada para a instalação da Subcomissão da Mulher e para debater "A Mulher nos Espaços de Poder".

No início da reunião foram lembradas mulheres de destaque como Bárbara de Alencar, Nísia Floresta, Ana do Amaral Lisboa, Chiquinha Gonzaga, Rita Lobato, Bertha Lutz, entre tantas outras.

Falou-se da posição que o Brasil ocupa no ranking mundial, no que diz respeito à representação feminina no parlamento e à ocupação da mulher nos espaços de poder. Segundo palestrantes, a vizinha Argentina, com sistema bicameral semelhante ao do Brasil, está à frente: naquele país há sanções pelo descumprimento das cotas. Seria, portanto, necessária uma campanha, no Brasil, que estimulasse a participação da mulher e desconstruísse o mito de sua não participação nos espaços de poder. Assim, a sociedade passaria a aceitar mais, a ver com bons olhos, a participação da mulher nas eleições.

Ponderou-se sobre as diferenças entre os trabalhos do Judiciário e do Executivo, informando-se que, cada vez mais, desaparecem os obstáculos à mulher nos espaços da Justiça e que o número de mulheres em posições de destaque no Judiciário está aumentando. Apesar disso, nos Tribunais Superiores, ainda é pequena a proporção de mulheres.

Foram mencionadas, nessa ocasião, mulheres de destaque no Brasil, como Ana Floriano, ativista política em Mossoró, que liderou um movimento de mulheres contra a lei de alistamento militar, em 1875. Foi ela a primeira mulher eleitora da América Latina. Mencionou-se, também, a Governadora Wilma Faria.

Algumas palestrantes cobraram mais rigor no cumprimento da lei de cotas partidárias e sugeriram que fossem estabelecidas penas para os partidos que descumprirem a lei. Afinal, mulheres só têm sido convocadas para serem companheiras no trabalho das campanhas (as chamadas "campanheiras"). E complementaram: "o empoderamento das mulheres não pode ser apenas nas posições que não permitem decisões."

Observou-se, ainda, que a política tem sido excludente e elitista – uma trincheira a mais de luta das mulheres e que o único espaço da mulher tem sido a casa, e não a família, que é na verdade um patriarcado. Nessa linha, foram enumerados os quatro estratagemas do patriarcado: tirar a mulher do poder para que seja reprimida; manter a mulher em dependência econômica; usar a violência ("não obedece, bate"); controlar o corpo da mulher.

No debate, foi feito um apelo para que as autoridades penitenciárias olhem para as mulheres encarceradas que não contam com creches, visitas íntimas nem trabalho.

Com relação à mulher do meio rural, foram denunciados os problemas que ocorrem com as mulheres do campo; a ameaça à soberania alimentar; a destruição das sementes e a reforma agrária. Foram denunciados, também, os abusos praticados no País, mencionando-se o evento de 4 de março deste ano, quando um grupo de mulheres e crianças ocupou uma área de uma "empresa laranja" em faixa de fronteira. Para reprimir esse movimento, foi enviada uma brigada militar, que agrediu física e moralmente 600 mulheres e cerca de 250 crianças – fato considerado inadmissível.

Compareceram à Audiência os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, José Nery, Cristovam Buarque e Romeu Tuma.

Estiveram presentes e fizeram uso da palavra os seguintes convidados:

- Vicente, Reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares);
- Nilcéa Freire (Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres);

- Fátima Nancy Andrighi (Ministra do Superior Tribunal de Justiça), representando a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- Sandra Rosado (Deputada Federal), representando Wilma Farias, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.
- Sílvia Camurça (Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras);
- Justina Inês Cima (representante do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social);
- Tizuka Yamazaki (cineasta);
- Hortência (esportista); e
- Leci Brandão (cantora).

Audiência Pública – Direitos Humanos das Mulheres
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

Realizada, em 9 de abril de 2008, audiência pública para debater os Direitos Humanos das Mulheres.

A reunião foi dividida em três etapas: a primeira debateu o Tráfico de Mulheres; a segunda, Mulheres Encarceradas e a terceira, a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006).

A audiência pública destinou-se a abordar os temas "tráfico de mulheres", "violação dos direitos humanos das mulheres mantidas em estabelecimentos penais" e a aplicação da "Lei Maria da Penha".

Sobre o primeiro tema foi feita uma explanação sobre a necessidade de construção de uma política nacional de combate ao tráfico de mulheres. Foi, também, abordado o desenvolvimento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ficando claro que "tráfico é violência de gênero" – uma questão de Estado e não um compromisso de governo.

Com relação ao segundo tema, foi destacado o fato de que o Poder Público, no Brasil, não possui uma política específica para esse segmento da população carcerária. As mulheres presas, segundo as expositoras, costumam ser abandonadas por suas famílias. Dessa forma, encontram-se muito mais fragilizadas do que os homens e expostas a diversos tipos de problemas de natureza psicológica e emocional.

Na Cadeia Pública de São Paulo, por exemplo, as mulheres presas são, sistematicamente, vítimas de violação de sua dignidade. Embora haja uma orientação relativa à atenção à mulher presa, recomendando a criação de pequenas unidades prisionais, existem grandes presídios para mulheres. No caso de São Paulo, cerca de 3.000 mulheres encontram-se presas na Cadeia Pública, configurando o que foi chamado de "Carandiru feminino".

Na audiência, foi apresentado o perfil da mulher encarcerada no Brasil: jovem, com idade entre 18 e 25 anos, com baixa escolaridade, sem qualificação profissional e, na maioria, chefe de família.

O terceiro tema foi abordado sob a perspectiva de que os direitos das mulheres são Direitos Humanos e, portanto, a violência doméstica também é uma questão de Direitos Humanos.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha veio exatamente ao encontro dos anseios da sociedade e, como tal, deve ter sua implementação vigiada de perto. Um dos grandes desafios dessa etapa de implementação da lei, além das ações de capacitação das redes de atendimento em todo o País, é a implementação do Sistema Nacional de Informação.

Segundo informações apresentadas, o Conselho Nacional de Justiça, ciente de que a violência doméstica é um problema universal, promoveu uma jornada para sensibilização de juízes quanto às questões de violência contra a mulher. Essa jornada é parte de um processo de humanização da justiça.

Para complementar, foi debatida a questão das mulheres indígenas, que só a partir dos anos 80 conquistaram o direito a voz. Foi informado, na audiência, que pouco se houve falar em Lei Maria da Penha nas comunidades indígenas: ali não existem delegacias, nem casas abrigos. O que há são normas internas a cada comunidade, criadas por pressão das mulheres indígenas.

Após breves considerações sobre a implementação da Lei Maria da Penha em seu Estado, a Senadora Serys Slhessarenko, presidente da mesa nessa última etapa, mencionou a Carta em Defesa das Mulheres Matogrossenses, agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública.

Participaram dos debates nessa reunião as Senadoras Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, que presidiram a mesa nas três diferentes etapas.

Estiveram presentes à audiência pública, como expositoras, os seguintes convidados:

- Márcia Vasconcelos – Oficial de Projetos de Combate ao Tráfico de Pessoas, da OIT/Escritório do Brasil;

- Ivens Moreira Gama – Secretaria Nacional de Justiça;
- Cláudia Dias – Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM);
- Felipe Tavares Seixas – Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal;
- Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- Lia Zanotta Machado – Antropóloga;
- Germana Morais – Juíza e ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça;
- Fausto Lima – Promotor do Ministério Público do DFT;
- Iranildes Barbosa dos Santos – Associação das Mulheres Indígenas;
- Ela Wiecko – Subprocuradora-Geral dos Direitos do Cidadão;
- Julita Tammuri Lemgruber – Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania;
- Kenarik Boujikian Felipe – Juíza da 16ª Vara Criminal de São Paulo;
- Heidi Ann Cernaka – Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária;
- Maria Elizabeth Pereira – Diretora da Subsecrtaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; e
- Ana Cristina Alencar – Coordenadora Geral de Reintegração Social e Ensino do Ministério da Justiça.

Reunião de Trabalho – Relações de Trabalho e Dignidade dos Trabalhadores

Reunião convocada na forma do Requerimento nº 1, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, aprovado em 7 de fevereiro de 2008, para realização de Audiência Pública, "com vistas à construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil".

Realizada, em 22 de fevereiro de 2008, a 5ª Reunião Extraordinária da CDH, convocada na forma de Reunião Administrativa nos termos do Requerimento nº 11, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. A reunião foi convocada "afim de que fossem recepcionados trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vistas à dignidade dos trabalhadores".

Foram recepcionados os trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios para discutir a sua situação de trabalho e o adicional de periculosidade de 30% previsto em projeto aprovado no Senado e na Câmara. Embora o projeto tenha sido vetado, o Presidente firmou acordo com a categoria, que passou receber os 30% correspondente ao adicional de periculosidade já a partir do mês de dezembro.

Os Correios têm aproximadamente cem mil funcionários e os carteiros se apresentam cerca de 50% da categoria. Ou seja, mais de 50 mil trabalhadores no Brasil que cumprem uma função fundamental para a comunicação brasileira, que trabalham praticamente em todos os Municípios do Brasil, e que ainda enfrentam vários problemas, dentre eles os baixos salários. Na Empresa de Correios e Telégrafos, os carteiros recebem um pouco mais de um salário mínimo para trabalhar de bicicleta, a cavalo, outros a barco, outros ainda em canoa. É uma categoria que há muito tempo busca a melhoria nas condições de trabalho e salário, especialmente o adicional de periculosidade que, pela regulamentação da lei, não se adequava a esse tipo de trabalho.

Foi criado, então, um adicional que substituiu a periculosidade, saldando uma dívida social histórica dos Correios e Telégrafos. Nesse sentido, os presen-

tes agradeceram a realização da reunião, considerada importantíssima para os trabalhadores dos Correios, principalmente pela necessidade de agradecer pela oportunidade histórica da categoria.

Segundo os participantes da reunião, a categoria ainda tem muitos problemas, que são o principal desafio do movimento sindical. Primeiro, a democratização institucional da relação dos Correios dentro daquela estrutura. Para se ter uma idéia, hoje, o Conselho de Administração da ECT é composto por quatro membros indicados para o Ministério das Comunicações e um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A perspectiva da categoria é que haja democratização dessa estrutura para que se façam eleições diretas e os trabalhadores possam ocupar espaço naquele Conselho.

Na reunião, falou-se também, de riscos. De acordo com alguns palestrantes, o mercado esteve apreensivo, como se o mercado tivesse sentimentos, colocando em risco os Correios, uma das empresas que mais tem credibilidade no País. E foi exatamente o adicional criado que possibilitou reverter esse quadro, valorizando o exercício de uma atividade extremamente fundamental para o País e para a nossa sociedade.

Participaram da reunião os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque e os seguintes convidados:

- Érika Kokay, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital do Distrito Federal;

- Vilmar Lacerda, Membro titular do Diretório Nacional do PT;

- Manoel Cantoara, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares;

- Maria de Fátima Gonçalves, Conselheira Fiscal da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares.

Conclusão

Com a participação da sociedade civil organizada em todos os setores da vida nacional, a discussão sobre direitos humanos e formação para a cidadania no Brasil tem alcançado maiores espaço e relevância nos últimos anos.

Neste ano de 2008, quando se comemoram os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, o Senado Federal, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), debateu, analisou e aprovou matérias relativas à defesa e à promoção dos direitos humanos. Na Comissão, foram discutidas questões fundamentais da atualidade referentes aos direitos dos cidadãos brasileiros: questões raciais e étnicas, questões de gênero e de diversidade sexual, temas trabalhistas, entre outros.

Seguindo as idéias difundidas pela ONU, os temas escolhidos, em 2008, para debate na CDH levaram em consideração as proclamações da Declaração e confirmaram que o Senado Federal cumpre seu papel ao também considerá-la "ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações". A Comissão, no exercício de suas funções, trabalhou com o objetivo de buscar promover o respeito aos direitos e liberdades, e pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional, para assegurar seu reconhecimento e sua observância.

Diz a Declaração, entre outras determinações, que todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades por ela estabelecidos sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Complementa que não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Assim, guardadora desses ditames, a CDH trouxe ao debate entre senadores e a sociedade civil, em Audiências Públicas, temas relativos à crise entre Equador e Colômbia – que acendeu tensões na região –; referentes à Declaração das Nações Unidas sobre

os Direitos dos Povos Indígenas; à demarcação de terras indígenas no País; a questões atinentes ao povo negro, inclusive no que diz respeito às comunidades quilombolas; ao impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados; à violência contra o idoso; e à Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida dessas pessoas.

Trouxe, ainda, matérias de naturezas diversas ao debate, sempre com foco no respeito aos direitos humanos. Algumas dessas matérias consubstanciaram projetos de lei tais como o atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde; a capacitação para identificação de maus tratos de crianças e adolescentes; a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência; a proteção do trabalho do idoso e a igualdade racial.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, também cumpriu seu papel ao protagonizar a fomentação e a discussão de temas relativos a fatos que chocaram o País. Foram várias audiências ao longo de 2008, com a participação de personalidades, autoridades e vítimas do desrespeito aos direitos humanos. Nesse sentido, a CDH funcionou como instância fiscalizadora, ouvindo depoimentos e buscando consenso; questionando ações executivas e oferecendo sugestões.

Por fim, sendo este um ano eleitoral, a Comissão buscou ampliar a compreensão dos Direitos Humanos e auxiliar o País na produção de instrumentos que ajudassem os diversos níveis de governo e a sociedade na elaboração de eixos de ações prioritárias. Nesse sentido, apresentou sugestões que tiveram por objetivo colaborar para a promoção do progresso social e para a concretização de melhores condições de vida para povo brasileiro.

A Comissão, dessa forma, apresentou aos partidos políticos, antes das eleições de 2008, uma proposta a ser encaminhada aos candidatos com sugestão de compromissos fundamentais que melhor viabilizassem o exercício dos direitos humanos. Nas sugestões, a CDH posicionou-se com relação a temas referentes à garantia dos direitos das pessoas com deficiências; à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes; à promoção da igualdade racial; ao combate ao trabalho escravo; à atenção especial aos povos indígenas; à promoção de saúde para todos; a uma previdência universal e justa; à promoção da educação em todos os níveis; e à busca do preconceito zero.

Esses são, segundo a CDH, os eixos de trabalho indispensáveis a serem perseguidos por todos os governantes e autoridades públicas, fortalecendo a cultura de respeito aos direitos humanos e assumindo o risco de romper com velhos paradigmas em busca do bem comum. Afinal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos prega a liberdade de expressão, de pensamento, a luta pela igualdade e o respeito a todos.

A Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa do Senado Federal fecha, assim, mais um ano de trabalho, confirmando o fiel cumprimento de sua missão. Finalmente, na busca por uma interação cada dia mais democrática, conclama a sociedade brasileira a continuar sua participação nos grandes debates de interesse nacional e, principalmente, a unir esforços na luta pelo reconhecimento da universalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Senador *Paulo Paim*

Presidente da Comissão de Direitos
Humanos e Legislação Participativa